

ZIZ

Revista Discente de Ciência Política



Vol. 2, n. 1
2023

ZIZ

Revista Discente de Ciência Política

2023 - Revista ZIZ, v.2, n. 1 - Programa de Pós-graduação em Ciência Política,
Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF). Campus do Gragoatá, Rua
Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, 3º andar, São Domingos,
CEP: 24210-201 Niterói RJ, Brasil

Editores-Chefes

Eric Veiga Andriolo
Yuri de Lima Ribeiro

Professora Responsável

Soraia Marcelino Vieira

Editores

Edson de Castro Lisboa
Marcos Felipe Nascimento Teixeira
Maria de Lourdes Cútaló de Lira Basques
Ricardo do Nascimento
Yasmim Silva de Salles

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza - Univesidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Christy Ganzert Pato - Universidade Federal Fluminense
Claudio de Farias Augusto - Universidade Federal Fluminense
Edemilson Paraná - Universidade Federal do Ceará
Fabrício Pereira da Silva - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Guilherme Simões Reis - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Jean Gabriel Castro da Costa - Universidade Federal de Santa Catarina
João Roberto Lopes Pinto - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Jorge Gomes de Souza Chaloub - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luciana Fernandes Veiga - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Augusto Campos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Felipe Brandão Osório - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Marcial Alécio Garcia Suarez - Universidade Federal Fluminense
Roberta Rodrigues Marques da Silva - Universidade Federal Fluminense
Tiago Bahia Losso - Universidade Federal de Santa Catarina
Tiago Daher Padovezi Borges - Universidade Federal de Santa Catarina
Thais Florencio de Aguiar - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Thales Cavalcanti Castro - Universidade Católica de Pernambuco



EDITORIAL

*Eric Veiga Andriolo¹
Yuri de Lima Ribeiro²*

Prezadas leitoras e leitores,

É com muita satisfação que lançamos o número 1, volume 2, ano 2023, da Revista ZIZ – Revista Discente em Ciência Política, o periódico científico dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

A revista discente exerce um papel importante na vida acadêmica: servir de instrumento didático para autores, avaliadores e editores, além de abrir espaço para a produção científica de discentes da pós-graduação. Tudo na revista é feito com algum propósito, inclusive seu nome.

Ziz é uma criatura primordial da mitologia hebraica representada como uma ave de estatura colossal, capaz de cobrir o sol ou de ficar de pé no mar profundo como se estivesse sobre uma poça. Esse ser colossal parte de um trio cujos dois outros membros gozam de fama superior: A criatura dos mares, chamada Leviatã, e a besta da terra, chamada Beemote.

Graças à influência que o texto bíblico exerceu sobre Thomas Hobbes, o Leviatã habita o universo alegórico da Ciência Política como representação do Estado em seu sentido institucional negativo, algo que ocupa as preocupações dos pensadores políticos quase incessantemente. Na mitologia, Leviatã se encontra em oposição a Beemote; o grande peixe em conflito com a grande besta terrestre, representada ora como boi, ora como elefante. Para nós, essa disputa lembra um dos conflitos mais relevantes da política: aquele entre o Estado e a sociedade mais ampla, ora chamada sociedade civil.

Ziz paira acima dessa disputa. Seu ambiente, os ares, fazem imaginar aquilo que se eleva em relação à terra, assim como faz o pensamento teórico, que precisa sempre construir, abstrair e sublimar, de baixo acima, rumo a ideias, categorias e sistemas, se afastando para melhor enxergar ou, de outra forma, abstraindo para se aproximar do entendimento sobre a complexidade do mundo social.

É por isso que a ZIZ-RDCP ilustra suas capas com a imagem de uma ave: ela representa uma alegoria que descreve uma visão sobre a relação entre a Ciência Política, a sociedade e o Estado. Todos os seres desse trio são representados como versões mitológicas de animais existentes, mas o Ziz às vezes aparece como grifo, um ser que os antigos acreditavam ser exótico, mas tão real quanto leões ou elefantes. O caso serve de alerta para as limitações da imaginação sem a âncora metodológica da objetividade. O voo permite uma ampla visão do mundo, contanto que se olhe para baixo.

1 Nova equipe editorial em 2023 e incorporação da Revista como disciplina do PPGCP

Tudo nesta revista tem sido feito com a força de um propósito. Em 2023, o maior avanço ocorreu na institucionalização do periódico que agora ocupa um espaço na grade de disciplinas do PPGCP-UFF, com reuniões quinzenais e possui uma cartilha para treinamento semestral.

¹ *Editores-chefe da ZIZ-RDCP*

Experimentamos pela primeira vez com turmas de editores discentes que se inscreveram, sendo assim, tivemos uma renovação no corpo editorial.

Tivemos o acompanhamento da professora Dra. Soraia Marcelino durante todo o ano, sempre participando das reuniões quinzenais e coordenando a disciplina da revista junto ao PPGCP.

A revista aperfeiçoou a publicação em fluxo contínuo, e vêm melhorando suas práticas e pleiteando financiamento para suas operações burocráticas. Foram abertas inscrições para um dossiê, que será concluído em 2024.

2 Apresentação da Edição

A presente edição é composta por quatro artigos e duas resenhas.

Alessandra de Rossi no artigo **“Multilateralismo em Desuso: Intersecções Entre Política, Ideologia e Discurso no Governo Bolsonaro”** através da análise dos discursos presidenciais oficiais realizados entre janeiro de 2019 e junho de 2021, observa evidências do processo de ideologização da política externa brasileira promovido por Bolsonaro.

Em **“Mídia e Democracia: Os Diferentes Papéis dos Meios de Comunicação de Massa nas Sociedades Contemporâneas”**, Enio Cardoso investiga a centralidade dos papéis sociais que os meios de comunicação de massa passaram a desempenhar no cotidiano atual.

Julia Alves de Andre e José Maria da Nóbrega Jr. no artigo **“A Reconfiguração da Democracia na Era Digital: O impacto das plataformas digitais sobre o processo eleitoral”** estudam como a propagação de mensagens online revolucionou o debate democrático. Leonardo Lopes de Mendonça discute as distorções realizadas pela disputa de narrativas sobre o golpe militar de 1964.

Em **“Distorções do Passado A Memória Coletiva e o Golpe Militar de 1964”**, Leonardo Lopes de Mendonça dedica-se a discutir as distorções da memória coletiva brasileira e, especificamente, as motivações por trás das disputas pelas narrativas dos acontecimentos das rupturas democráticas de 1964.

Na seção de resenhas, Fabrizio Aveline resume a obra **“O Estado Latino-Americano: Teoria e História”**, de Leonardo Granato. Já Ana Tereza Barros e Jorge Henrique Gomes contribuem com uma resenha crítica de **“The Book of Why: The New Science of Cause and Effect”**.

Esperamos que nossos leitores encontrem nos textos publicados algo significativo para suas pesquisas, e tenham uma proveitosa leitura.

DISTORÇÕES DO PASSADO *A MEMÓRIA COLETIVA E O GOLPE MILITAR DE 1964*

Leonardo Lopes de Mendonça¹

Resumo: O artigo a seguir dedica-se a discutir as distorções da memória coletiva brasileira e, especificamente, as motivações por trás das disputas pelas narrativas dos acontecimentos das rupturas democráticas de 1964. Os argumentos apresentados apontam para a confluência de fatores como a aliança do setor militar e das classes dominantes e o modelo neoliberal com seus efeitos na vida cotidiana, com o objetivo de apagar a consciência coletiva acerca das tensões sociais ou da luta de classes. Para tal, o texto vale-se das considerações dos professores Marcos Napolitano e Rodrigo Turin acerca de suas reflexões sobre o negacionismo e o revisionismo histórico e da “aceleração do tempo” como dimensão da dinâmica social do neoliberalismo, respectivamente. Como chave interpretativa, esses conceitos abrem valiosas elucidações para todos os interessados em uma leitura ampla dos espectros políticos e sociais do Brasil contemporâneo. Espera-se que o presente ensaio sirva como ferramenta reflexiva no auxílio de trabalhos futuros que visem compreender a atual conjuntura partindo da disputa pela memória coletiva nacional, principalmente quanto ao maior trauma institucional percebido no último século: a ditadura militar. Trazer à tona a discussão em torno da memória do mais recente período de ruptura democrática constitui elemento basilar para explicar a luta de classes no Brasil contemporâneo, pois as forças políticas em tensão, em grande medida, podem ser consideradas sob a perspectiva da continuidade.

Palavras-chave: Luta de classes; Neoliberalismo; Golpe militar; Negacionismo.

DISTORTIONS OF THE PAST *COLLECTIVE MEMORY AND THE MILITARY COUP OF 1964*

Abstract: The following article is dedicated to discussing the distortions of the Brazilian collective memory and, specifically, the motivations behind the disputes over the narratives of the events of the democratic ruptures of 1964. The presented arguments point to the confluence of factors such as the alliance of the military and the ruling classes and the neoliberal model with its effects on everyday life, with the aim of erasing collective consciousness about social tensions or class struggle. To this end, the text makes use of the considerations of professors Marcos Napolitano and Rodrigo Turin about their reflections on denialism and historical revisionism and on the “acceleration of time” as a dimension of the social dynamics of neoliberalism, respectively. As an interpretative key, these concepts open valuable elucidations for all those interested in a broad reading of the political and social spectrums of contemporary Brazil. It is hoped that this essay will serve as a reflexive tool to help future works that aim to understand the current conjuncture based on the dispute over national collective memory, specially regarding the greatest institutional trauma perceived in the last century: the military dictatorship. Bringing up the discussion about the memory of the most recent period of democratic rupture is a fundamental element to explain the class struggle in Brazil, since the political forces in tension, to a large extent, can be considered from the perspective of continuity.

Keywords: Class struggle; Neoliberalism; Military coup; Denialism.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); graduado em História pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: leo23lopesmendonca@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O passado de um povo, país ou nação constitui aspecto fundamental para a construção da memória coletiva destes agrupamentos humanos. A história da nação une os nacionais em torno de uma identidade comum, e, por vezes, fatos e acontecimentos considerados relevantes são apropriados por grupos hegemônicos para legitimar a dominação desses sobre os demais. Portanto, a disputa pelas narrativas do passado é parte significativa da disputa pela hegemonia de classe.

Um aspecto importante para a compreensão do pensamento hegemônico é a identificação das classes sociais em tensão permanente no tecido social. No Brasil, particularmente, a História aponta para uma certa proximidade ou, em alguns momentos, protagonismo de um grupo em especial com o poder de direção do Estado: os militares. Estes, ao menos desde a queda do império, foram agentes ou legitimadores das rupturas ou tentativas de ruptura política e institucional no país, começando pelo golpe que removeu Pedro II, passando pela ascensão de Getúlio Vargas, pela pressão contrária à posse de Juscelino Kubitschek e depois a de João Goulart e culminando com o golpe militar de abril de 1964, que transformou o Brasil em uma espécie de modelo a ser copiado por outras ditaduras, principalmente na porção sul do continente americano.

No entanto, a percepção média do brasileiro sobre o passado de seu próprio país parece, em certo sentido, atenuar ou excluir a responsabilidade das Forças Armadas no que se refere aos acontecimentos disruptivos. Mesmo quando se trata do protagonismo inequívoco dos militares na ditadura, parte significativa da população ainda nega o termo golpe e o rebatiza de revolução. A narrativa que vigorou nos veículos instrucionais oficiais durante o regime (1964-1985) punha os militares como defensores da democracia e da moral cristã e últimos bastiões contra o poderoso inimigo: o comunismo.

Passadas mais de três décadas e meia do fim da ditadura militar, a memória coletiva de parte da sociedade lembra o período a partir do viés ideológico difundido pelos militares e seus apoiadores, em detrimento de vasta bibliografia produzida desde então, em que a responsabilidade das Forças Armadas nas perseguições, torturas e assassinatos, assegurada por ampla documentação, mostra-se inquestionável. Então por que a História não consegue formar a consciência coletiva dessa parte da população? Para tentar responder esta questão é necessário analisar diferentes aspectos constitutivos da sociedade brasileira como as classes hegemônicas, o modelo econômico e a relação capital-trabalho, assim como descortinar as intenções por trás de modelos explicativos que tiram ou atenuam o chamado “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217) da cultura política brasileira. Para começar, é importante realizar uma breve digressão na

história política recente, ou melhor, na história das interferências dos militares na cena política brasileira.

2 BRASIL: UM PAÍS TUTELADO

No Brasil, as Forças Armadas estiveram no poder durante vinte e um anos após o golpe de Estado de 1964. A radicalização das ações, optando pela solução através das armas, foi acompanhada de ideias e medidas mais tradicionais no setor econômico e político, o que evidenciava o caráter reacionário da ruptura política chefiada pelos militares. Não obstante, considerando todas as intervenções ocorridas a partir de 1930, as Forças Armadas intervieram quatro vezes contra a democracia pluralista (1937, 1954, 1961 e 1964) e somente duas vezes para garantir a legalidade constitucional (1945 e 1955). Duas intervenções anteriores à de 1964 (as de 1954 e 1961) podem ser consideradas igualmente favoráveis a projetos de desenvolvimento antinacionalistas e liberais do ponto de vista econômico, o que credencia, em certa medida, a qualificar essas intervenções como “teste de golpe de Estado” contra o sistema político estabelecido (BETHELL, 2015, p. 215).

Embora depois de 1930 os militares brasileiros, sobretudo os do exército, tenham constituído uma espécie de autoridade acima das demais e contra a qual era impossível governar, entre 1930 e 1964 as Forças Armadas, profundamente politizadas ou ao menos “ideologizadas”, estiveram divididas entre duas tendências principais cujos confrontos públicos interromperam a vida política. As majorias cambiantes, ou melhor, as mudanças dos grupos dominantes no seio das Forças Armadas, ora favorável a uma política populista e nacionalista próxima da de Vargas e de seus herdeiros, ora próxima das posições dos liberais conservadores determinaram, ainda que de forma não proposital, os limites e as garantias da autonomia governamental. Não só o setor hegemônico dentro das Forças Armadas sancionava e ratificava os resultados eleitorais, como também todos os governos tinham consciência da necessidade de neutralizar seus adversários na instituição com o propósito de ter liberdade de ação. Sem tal “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217), expressão que se referia ao que era virtualmente uma instituição, a estabilidade política era impossível (BETHELL, 2015, p. 215).

Em 1964, as forças armadas não se limitaram a fazer uma simples intervenção corretiva, como em ocasiões anteriores. Ao que parece, os fatores determinantes para os acontecimentos daquele ano estavam intrincados ao contexto da Guerra Fria que imperava na América Latina. A chamada revolução de 1964 foi, em grande medida, um golpe a favor do Estado, ou seja, uma fratura institucional com o propósito de reordenar

sobre novos alicerces uma organização estatal que fosse capaz de apaziguar os anseios da classe trabalhadora (HERRERA, 1986, p.217). A Guerra Fria e o início de uma nova fase de desenvolvimento industrial que implicava em uma modificação do modelo de distribuição de renda fortaleceram ainda mais a posição dos militares liberais alinhados com a corrente democrática entre os quais predominavam antigos membros da Força Expedicionária Brasileira – FEB - que haviam participado da Segunda Guerra Mundial. Esses oficiais brasileiros, que lutaram ao lado do quarto corpo do Exército norte-americano na campanha da Itália, eram, em sua maioria, antigetulistas e partidários do livre mercado (HERRERA, 1986). Havia desempenhado papel importante na formulação da Escola Superior de Guerra e da Doutrina de Segurança Nacional, que atrelava o desenvolvimento nacional à segurança de Estado e, ao atribuir aos militares a função de definir os “objetivos nacionais permanentes” (HERRERA, 1986, p.217), justificava seus valores em nome da Guerra Fria (HERRERA, 1986).

A constante participação de quadros importantes do setor militar na disputa eleitoral referendava, de certa forma, a vigência do arranjo político em curso. Nesse sentido, o transcurso democrático do governo de Juscelino Kubitschek constitui formidável exemplo. Em 1958, JK propôs um audacioso plano para a política externa denominada Operação Pan-americana – OPA - segundo a qual os Estados Unidos deveriam capitanear um programa de investimentos tendo em vista, entre outras pautas, a erradicação da pobreza na América Latina. O plano previa investimentos na ordem de 3,1 bilhões de dólares destinados ao Brasil. A proposta teve grande repercussão e forçou os EUA a voltarem sua atenção para o continente. Embora na prática os resultados obtidos tenham se mostrado aquém das expectativas, eles trouxeram alguns ganhos para a política desenvolvimentista da região. Entre elas, destaca-se a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - em 1959. A OPA foi importante para Brasil pois sinalizou certa autonomia no quadro geopolítico do período. Acostumado a se alinhar à política internacional dos EUA, com a OPA, o país passou a ter uma presença mais firme na defesa das políticas de não-alinhamento. A conjuntura do período ajuda a explicar a posição do Brasil: na segunda metade dos anos 1950, o processo de descolonização da África e da Ásia era pauta constante nos fóruns políticos internacionais. Entre 1956 e 1964, 17 novos países resultaram das tensões descritas, destarte importantes economias regionais como Índia, Iugoslávia e Egito estabeleciam uma “terceira via” diplomático-comercial ao procurar desvencilharem-se da bipolaridade característica da Guerra Fria por meio do movimento dos países não-alinhados. O grupo composto pelos países recém-formados e pelos não-alinhados se tornou fonte de preocupação para os EUA, porque a

atitude de autonomia também conquistou a simpatia das nações latino-americanas. Nesse ínterim, se a iniciativa da OPA não confrontava diretamente os interesses estadunidenses, exigia maior atenção de Washington para as solicitações dos países da América Latina (FICO, 2019).

O comportamento de JK ante as eleições de 1961 indicava, em certa medida, que ele planejava voltar à Presidência da República, candidatando-se nas eleições de 1965. Em função disso, talvez não tenha se empenhado na escolha do candidato que concorreria por sua legenda. O Partido Social Democrata – PSD – definiu-se pela candidatura do Ministro da Guerra, general Lott, que havia se tornado o grande fiador do governo JK. Lott foi importante para dirimir potenciais crises militares, como a rebelião ocorrida dias depois da posse, quando oficiais da Aeronáutica tomaram um avião na Base Aérea dos Afonsos e seguiram para a Base Aérea de Jacareacanga, no sul do Pará. Eles representavam uma importante ala antigetulista que havia na Aeronáutica. Estabelecendo-se em um quartel-general em Jacareacanga, conseguiram controlar localidades vizinhas e, apesar de improvisada, o governo teve problemas para controlar a rebelião, não só porque o oficial da Aeronáutica enviado para combatê-la aderiu ao movimento, mas também porque a região dominada era de difícil acesso (HIPOLITO, 2012).

O general Lott foi fundamental para a garantia do governo JK ante as insatisfações dos militares, o que lhe rendeu certa projeção nacional, possibilitando sua indicação como candidato do PSD à Presidência da República. No entanto, o general não possuía muita habilidade política. Se por um lado os militares arrogavam para si o poder garantidor da ordem democrática, por outro, a população mostrava, através do sufrágio, que não concederia tal poder a esta categoria. Porém, quando a democracia passou a ser sistematicamente difamada, os ventos da política mudaram de direção. As Forças Armadas, gradualmente, ganhavam destaque cada vez mais relevantes nos rumos do país (HIPOLITO, 2012).

Em janeiro de 1960, Jânio Quadros é empossado Presidente da República. O sucessor de JK fez carreira na política sob o rótulo do político anticorrupção e defensor dos valores conservadores. Quanto ao aspecto econômico, Jânio adotou um plano ortodoxo de estabilização, o que lhe conferiu imediato apoio do setor financeiro internacional e do governo dos EUA. Seguindo a cartilha do FMI, a moeda foi desvalorizada, os gastos públicos contidos e a expansão monetária controlada. Dessa forma, pôde renegociar a dívida e contratar novos empréstimos junto aos organismos internacionais. Outra marca do governo Jânio Quadros foi a chamada Política Externa

Independente – PEI -, que reafirmava o posicionamento autônomo em relação à política externa dos Estados Unidos. A principal pauta das Relações Exteriores referentes à América Latina era Cuba, que havia optado pelo comunismo e se encontrava sob forte pressão do governo estadunidense. A diplomacia brasileira buscou fincar suas tradicionais posições em favor da autodeterminação dos povos e do princípio da não-intervenção. Porém, além da pressão norte-americana, que não admitiria uma segunda Cuba no continente, havia também a pressão interna de militares e civis anticomunistas (FICO, 2019).

Ao que tudo indica, Jânio planejou dar um autogolpe para obter maiores poderes para a Presidência da República e com isso estabelecer uma posição de supremacia em detrimento do Congresso Nacional. Em agosto de 1961, enviou seu vice-presidente, João Goulart, em missão especial à China comunista. O governo brasileiro apoiava o ingresso desse país na ONU, portanto, a missão de João Goulart parecia justificada. No entanto, enquanto Goulart encontrava-se na China, Jânio surpreendeu a todos renunciando ao cargo de presidente da República. Ele tentava causar grande comoção, levando as pessoas a pedirem por sua permanência e, por conseguinte, a concordarem com o aumento de seus poderes. Mas a mobilização esperada não aconteceu e o Congresso, sem muito alarde, simplesmente aceitou sua renúncia. De Brasília, ele seguiu para São Paulo e, poucos dias depois, deixou o país, iniciando a escalada das tensões entre os setores conservadores e progressistas (FICO, 2019).

Como Goulart estava na China, coube ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumir interinamente o cargo de Presidente da República. Jango deveria retornar para assumir o poder; contudo, os Ministros militares declararam que não o aceitariam na Presidência. Goulart era malvisto entre os militares por seu alinhamento à política trabalhista de Vargas: quando atuou como Ministro do Trabalho (1953-1954) propôs o aumento do salário mínimo em 100%. Suas conexões com os sindicatos eram outro fator que incomodava bastante os militares, além de ser considerado esquerdista e simpático aos comunistas. Mazzilli fez chegar mensagem ao presidente do Congresso informando que os Ministros da Guerra, marechal Odílio Denis, da Marinha, vice-almirante Sylvio Heck, e da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, “na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso do vice-presidente João Belchior Marques Goulart” (BRASIL, 1961, p. 167). Dias depois, os ministros veicularam um manifesto em que constava a posição oficial dos chefes militares, reafirmando que o retorno de Goulart seria uma “absoluta inconveniência” (BRASIL, 1961,

p. 167). Diziam ainda que Jango, quando à frente do Ministério do Trabalho do governo Vargas, “mostrara suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses das nossas classes trabalhadoras” (BRASIL, 1961, p. 167). O manifesto prosseguia afirmando que Jango nomeara esquerdistas para cargos de altíssima relevância do ministério, “ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional” (BRASIL, 1961, p. 167). Mencionaram ainda, a presença do vice-presidente na China, onde teria demonstrado de forma “clara e patente sua incontida admiração ao regime [...] exaltando o êxito das comunas populares” (BRASIL, 1961, p. 167).

Segundo o manifesto dos militares, o retorno de Jango mostrava-se inconveniente, porque, além das críticas já citadas, o presidencialismo era um “regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação” (BRASIL, 1961, p. 167). A solução encontrada no âmbito do Congresso Nacional, de certa forma para atender às reivindicações dos chefes militares, foi a implantação, às pressas, do regime parlamentarista. Assim, os poderes de Goulart seriam reduzidos e o governo conduzido por um primeiro-ministro (FICO, 2019).

Em 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou a instauração do parlamentarismo no Brasil. Jango optou por tomar posse, estrategicamente, em 7 de setembro, dia da Independência. Tancredo Neves, de Minas Gerais, foi nomeado primeiro-ministro, mas logo teve de renunciar, em junho de 1962, para candidatar-se a um novo mandato na Câmara dos Deputados. Goulart indicou o renomado político San Tiago Dantas para o cargo, mas seu nome não foi aceito pela ala conservadora do Congresso. Apresentou então outro nome, o do senador Auro de Moura Andrade, mas dessa vez a reação surgiu por parte dos operários, que não concordavam com a retirada da indicação de Dantas. Por fim, exercendo sua habilidade conciliadora, Goulart apresentou o nome do deputado gaúcho Brochado da Rocha. Sem muita relevância política no cenário nacional, o nome escolhido não provocou grandes inquietações nem entre os conservadores, nem entre a base eleitoral de Jango, o operariado. Ao assumir, prometeu antecipar o plebiscito que confirmaria ou não o parlamentarismo, uma consulta popular seria convocada nove meses antes do fim do mandato de Goulart. No entanto, diante da impossibilidade de cumprir a promessa de antecipação do plebiscito, Brochado da Rocha renunciou. Os operários, para pressionar os parlamentares, decretaram uma greve geral e o Congresso marcou o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Dias antes da marcação da consulta popular, Jango, visando aumentar sua popularidade, concedeu

aumento de 75% do salário mínimo. O resultado foi extremamente favorável: dos cerca de onze milhões de eleitores que votaram no plebiscito quase 9,5 milhões optaram pelo presidencialismo (ABREU, 1990).

Após resultado favorável no plebiscito, restaurado o presidencialismo, Jango pôde governar com os poderes inerentes ao cargo de chefe do poder executivo. No entanto, as campanhas de desestabilização, financiadas em grande parte pelo capital externo, notadamente pelos EUA, se intensificaram e passaram a representar o pilar estratégico da oposição, que contava ainda com forte apoio dos oficiais das Forças Armadas. Em 1962, por exemplo, por ocasião das eleições para governadores e parlamentares, os candidatos que faziam oposição a Goulart receberam poderoso aporte financeiro e de propaganda advindos do governo estadunidense. Segundo palavras do próprio embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, o montante empregado durante as eleições foi da ordem de 5 milhões de dólares. A estratégia para enfraquecer o apoio popular de que gozava Jango parecia bem definida: difundir a imagem de simpatizante do comunismo e alimentar boatos de um golpe de Estado que mergulharia o Brasil em um regime semelhante ao de Cuba. Um relatório norte-americano de 1964 aponta para gastos de 2 milhões de dólares referentes à propaganda em rádios, jornais e unidades móveis de exibição de filmes, que veiculavam propaganda anticomunista e contra o governo. Somente no ano de 1963, foram realizadas 1.706 exibições, apenas no Rio de Janeiro, para cerca de 179 mil militares, em quartéis, escolas e navios (ABREU, 1990).

Essas campanhas difamatórias contra o governo eram conduzidas basicamente por duas associações empresariais: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD – e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES. Um dos objetivos do IBAD consistia em financiar e repassar recursos para minar campanhas de partidos e políticos considerados de esquerda. Entretanto, também atuou como elemento propagandístico da oposição, chegando até mesmo a alugar um jornal, *A Noite*, que, antes de ser cooptado, era reconhecidamente pró-governo e subitamente migrou para a oposição. A interferência e as relações do IBAD com as propagandas caluniosas logo vieram à tona e obrigou os parlamentares a instaurarem uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. A exposição negativa do Instituto selou sua existência. Já o IPES, atuante desde 1961, exercia influência de forma ainda mais direta que o IBAD. Através de palestras, cursos e produção bibliográfica, o grupo fomentava discursos e ações anticomunistas e antigoverno, por vezes, entrelaçando-os. Possuía ligação com outros grupos de oposição advindos de variados setores da sociedade. Entre esses, estavam a Campanha da Mulher pela Democracia e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Cabe ressaltar

ainda que muitos dos membros do IBAD também integravam a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Dessa forma, o Instituto funcionava como um caldeirão que reunia praticamente todos os representantes dos setores que faziam oposição aberta a Goulart: parte do empresariado, o conservadorismo cristão e os militares. Além disso, o governo dos EUA liberava empréstimos diretamente para Estados governados por políticos de oposição a Goulart. Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, governadores dos Estados da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, figuram como beneficiários dos aportes financeiros dos EUA sem a devida intermediação do governo federal (NAPOLITANO, 2014).

De fato, a reforma agrária, dentre as reformas defendidas pelo governo, parecia ser a que mais incomodava as elites econômicas e, ao mesmo tempo, a que mais entusiasmava a classe trabalhadora em geral. Contudo, o governo de João Goulart nunca avançou nas reformas para além do discurso. Pelo contrário, o caráter revolucionário praticamente desapareceu frente à forte conotação nacionalista. Além da reforma agrária, Jango prometia reformar os bancos, o sistema habitacional e outros setores da administração do Estado. Tão amplas perspectivas não se consolidavam em projetos concretos, servindo mais como discurso político que alimentava o anticomunismo das elites políticas conservadoras, de parcela significativa do empresariado e de parte da classe média. Em agosto de 1963, durante as cerimônias que comemoravam a morte de Vargas, Jango foi impelido por apoiadores a assumir uma posição política mais clara. Em discurso, garantiu que não lutaria apenas pela reforma agrária que, segundo ele, constituía uma das aspirações mais legítimas, não apenas dos trabalhadores, mas de toda nação brasileira e incluiria também na proposta outras reformas, como a bancária, pois o crédito seria patrimônio da nação e não poderia estar à mercê de interesses de grupos. Parece que a partir deste ponto, Goulart optou por implementar, de fato, as reformas de base (FICO, 2014).

Quando deu seu emblemático e derradeiro discurso na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Jango acionou nos setores reacionários o gatilho do não-retorno. A partir daquele momento as mobilizações contra o governo se intensificariam e, ao mesmo tempo, aumentaria o coro por uma intervenção direta dos militares nos rumos políticos do país. Desnecessário avançar na análise de conjuntura pós-golpe. O objetivo até aqui foi demonstrar a participação inequívoca do “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217) na vida político-institucional brasileira. Nas próximas páginas, a tentativa será a de evidenciar como opera o encobrimento dessa participação. Outrossim, demonstrar que por trás do pretenso patriotismo defendido pelas Forças Armadas na luta contra o

comunismo no contexto da Guerra Fria e, de certa forma, embrenhado em parcela significativa da população está o pensamento hegemônico das classes dominantes contra a classe trabalhadora.

3 A LUTA PELA MEMÓRIA: A HISTORIOGRAFIA E O REVISIONISMO IDEOLÓGICO

O século XXI é palco da invasão das mídias digitais nas diversas esferas da vida cotidiana das pessoas em grande parte do mundo. De posse de um aparelho smartphone, uma pessoa, criança, jovem ou idosa é bombardeada de imagens e notícias de toda monta durante todo o dia. O fluxo contínuo de informações gera uma equivocada percepção de que atualmente a população se encontra mais bem-informada. O termo equivocada se justifica porque, ao que parece, apesar de estarmos de fato mais próximos dos acontecimentos, não temos tempo para digerir de forma adequada a informação; ou seja, o bombardeio midiático a que todos estamos expostos não nos permite refletir e criticar as informações com a devida cautela. Sobre este aspecto do cotidiano contemporâneo, o professor Rodrigo Turin esclarece que:

Nas redes sociais, o “compartilhamento” de um mesmo presente se processa na dimensão da difusão “viral”, em uma velocidade e com efeitos incontrolláveis pelos sujeitos. Na hiperaceleração do consumo de imagens e notícias, os tempos da crítica e da dúvida tornam-se anacrônicos, ou mesmo quixotescos. (TURIN, 2019. p.16).

Neste instigante texto, Turin (2019) introduz em sua análise outro elemento essencial para a compreensão do cotidiano, ou melhor, para a formação da identidade coletiva em suas subjetividades: trata-se do neoliberalismo. Pensado *a priori* como um modelo econômico, o neoliberalismo, atualmente, constitui o *modus vivendi* das sociedades contemporâneas, ao menos as que estão inseridas no capitalismo financeiro globalizado; excluem-se talvez as sociedades isoladas nos rincões do planeta. Portanto, estamos falando da quase totalidade da população mundial. A lógica neoliberal que ordena as relações econômicas e sociais, interfere na percepção temporal das pessoas; explico: o fluxo de imagens e informações já discutido, somado à flexibilização do trabalho, se apresentam como geradores de um sintoma generalizado, o da sensação de estarmos sempre atrasados ou desatualizados. Entende-se por flexibilização do trabalho a quebra de paradigmas entre o lugar e a hora do trabalho e da vida privada. Dessa forma, o neoliberalismo engendra uma organização social pautada na aceleração do tempo. Ainda que tal aceleração seja produzida por imperativos mercadológicos, ela afeta diretamente a percepção temporal.

Os efeitos da aceleração do tempo em nosso cotidiano são aprofundados na obra dos professores Valdei Araújo e Mateus Pereira, *Atualismo 1.0* (PEREIRA E ARAÚJO,

2018). Os autores utilizam a emergência do termo “atualização” (PEREIRA E ARAÚJO, 2018, p.131) e suas variantes na sociedade contemporânea para demonstrar as mudanças de paradigma impressas pela lógica neoliberal. O argumento central gira em torno da ideia de que o conceito semântico do termo está também presente em uma espécie de nova compreensão da realidade, em que o presente e tudo nele contido, incluindo nós mesmos, está em constante processo de atualização. Porém, essa atualização, quando não realizada, torna a coisa obsoleta, ainda nos incluindo. Esta percepção é a matriz da aceleração do tempo em que tudo e todos estão inseridos. A busca ininterrupta pelas atualizações faz as pessoas perceberem o tempo em duas dimensões a saber: acelerado e, ao mesmo tempo, alongado. A distopia se dá pelo enquadramento ou tentativa de enquadramento aos preceitos norteadores das sociedades contemporâneas organizadas pela lógica neoliberal. Dentre os preceitos mais significativos desse enquadramento está o da resiliência. Trata-se justamente da capacidade de adequação ou adaptação às condições materiais voláteis ao sabor do capitalismo financeiro. Dito de outra forma, a ideologia hegemônica em nossos tempos diz que o indivíduo deve moldar-se no compasso das exigências empreendidas pelo mercado financeiro, sob pena de se tornar obsoleto. Neste sentido, as duas obras citadas se complementam e expandem o entendimento da leitura das sociedades contemporâneas.

Mas o que toda essa explicação tem a ver com a memória coletiva do brasileiro acerca do passado intervencionista e ditatorial encabeçado pelos militares? Vamos sistematizar a argumentação. Começemos pelos militares: como evidenciado nas páginas acima, esses giram em grande medida como legitimadores da ordem estabelecida. Enquanto tal, legitimavam invariavelmente os interesses de classe da elite econômica em detrimento da classe trabalhadora. Portanto, o investimento em uma narrativa simpática aos atos antidemocráticos listados favorece a manutenção, por meio de justificativas da ordem estabelecida. Para ficar em um exemplo, pode-se citar a empresa de mídia *Brasil Paralelo*. Essa empresa apresenta-se como portadora de uma certa ética que os historiadores, de forma proposital, supostamente escondem da população. Atuando em vários segmentos midiáticos, encontra grande lastro para a divulgação de suas reconstruções do passado. Em 2019, lançou o filme *1964: o Brasil entre armas e livros* em que, em linhas gerais, narra um passado de certa forma incômodo para a esquerda. Os insurgentes que lutavam contra a ditadura são retratados como comunistas a serviço da União Soviética, enquanto os militares, cumprindo seu dever patriótico, defendiam a nação do perigo vermelho. Ainda sobre o filme, o subtítulo (*o Brasil entre armas e livros*) refere-se à interpretação de seus idealizadores que sugere que, apesar das forças do bem

terem vencido nas armas, as forças do mal venceram *a posteriori* através dos livros, ou seja, dominando a narrativa sobre os acontecimentos de 1964, com o nítido propósito de trazer à baila a teoria conspiratória do chamado marxismo cultural.

Este tipo de produção de mídia tem significativo alcance em amplos setores da sociedade. Apesar das graves falhas metodológicas apresentadas nas narrativas, chama a atenção a qualidade técnica na edição das imagens e todo o conjunto audiovisual. Assim, o profissionalismo e o alto investimento financeiro empregados nestas produções evidenciam o estilo *Block Buster* de entretenimento de massa. Neste ponto, a ausência de rigor historiográfico se conecta com um dos sintomas da aceleração do tempo contemporâneo: a falta de tempo para digerir a informação. Os produtores dessas mídias apresentam seus filmes como documentário histórico e não como obra ficcional. Dessa forma, sua mensagem é percebida pelo grande público como uma impressionante aula de História. Para aprofundar o argumento, é necessário refletirmos sobre as formas de construção destas narrativas: o negacionismo e o revisionismo ideológico.

O texto do professor Marcos Napolitano *Negacionismo e Revisionismo Histórico no Século XXI* (2021) nos ajudará no entendimento dos conceitos. Sendo parte constitutiva do fazer História, o revisionismo é, em linhas gerais, “[...]um processo de revisão do conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias.” (NAPOLITANO, 2021, p.98). Portanto, o revisionismo em si não é um problema, mas sim o seu uso distorcido, o negacionismo e o revisionismo ideológico. Napolitano assim define os termos:

O negacionismo poderia ser definido como a negação a priori de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, em que pese várias possibilidades de interpretação validadas pelo debate historiográfico. [...] [E] há um revisionismo de matriz ideológica, que parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico. (NAPOLITANO, 2021, p. 98-99).

Diante das definições apresentadas, fica claro o propósito da construção distorcida das narrativas históricas. A confluência de interesses das classes dominantes é explicitamente defendida. No entanto, a assimilação acrítica destes conteúdos disputa, e por vezes vence, o lugar da memória coletiva, própria da historiografia. Como vimos, o ato de ingerência e ruptura democrática dos militares em 1964 foi uma ação em defesa dos interesses das classes dominantes. Imaginar que a ditadura e seus efeitos são página virada na história do país é não entender seus motivos, ou seja, uma narrativa que abrandava o protagonismo das forças militares (revisionismo ideológico) ou nega o caráter

antidemocrático do período (negacionismo) tem o propósito incontestado de esconder as tensões sociais daquele contexto e, portanto, esconder a própria luta de classes. Agentes executores dos interesses das classes dominantes, os militares contam com a proteção velada destes grupos. Os elevados investimentos empregados nas produções midiáticas de espectro negacionista ou revisionista ideológico indicam a manutenção da aliança entre a elite econômica e as Forças Armadas.

Ao mesmo tempo, as disputas pela memória se desenrolam em outro palco: as salas de aula das escolas e universidades. Um conhecido movimento espalhado por todos os cantos do país, intitulado Escola Sem Partido, tentou emplacar em 2016 um projeto de lei por meio do Senado Federal em que defendia abertamente a proibição do debate crítico nas salas de aula. Esse movimento, ao longo de seus quinze anos de militância organizada (2004-2019), apresentou cerca de 60 projetos como o apresentado no Senado por várias Câmaras Municipais pelo Brasil. Muitos desses projetos foram referendados pelo poder público local, resultando no aumento do número de casos de denúncias e punições a professores sob a acusação de doutrinação ideológica. Por trás da pretensa preocupação com a qualidade do ensino ministrado nas instituições escolares, estava a disputa pelas narrativas do passado; haja vista que o movimento direcionava suas preocupações em grande medida para a disciplina História e, por extensão, para as demais disciplinas das Ciências Humanas. E uma das pautas mais defendidas pelo Escola Sem Partido era justamente a narrativa referente ao golpe militar de 1964, em que a denominação golpe dava lugar a revolução. Fica fácil perceber que a defesa da suposta neutralidade ideológica camuflava a defesa da narrativa negacionista ou revisionista ideológica nos termos já discutidos.

Os argumentos e reflexões apresentados indicam as tensões sociais pelo controle do passado. Não resta dúvida de que a disputa pela memória coletiva é aspecto fundamental da luta de classes; como vimos, as distorções dos acontecimentos históricos têm um propósito bem definido: legitimar a manutenção das classes dominantes. Não obstante, as produções midiáticas de cunho negacionista impactam de forma significativa a percepção do passado; apoiadas e financiadas pelas classes dominantes, o bombardeio de filmes e programas impregnados de falsos preceitos históricos têm um alcance notório. Assim, a difusão dessas ideias contribui para o quadro atual acerca da memória histórica do brasileiro em geral. Ao mesmo passo, encontram-se movimentos conservadores ou reacionários, que exercem pressão sobre os profissionais da educação, sobretudo os professores da área de Humanas. Acuados por esses grupos, muitos professores se calam

e acatam as exigências dos chamados cidadãos de bem. Como reverter este cenário desolador?

A tarefa não é simples, muito menos rápida. Encontrar uma linha explicativa para fatos históricos polêmicos passa pelo entendimento inequívoco de suas motivações. Enquanto não estabelecermos o que é historiografia e o que é mera opinião, rotular as produções negacionistas e explicitar ao público que se tratam de obra ficcional, continuaremos assistindo à assimilação dessas distorções por grande parte da população. No entanto, ao menos em sala de aula, os professores parecem conseguir recuperar sua autonomia outrora ameaçada. Vários Estados começam a proibir práticas vexatórias contra os professores. Tais práticas, estimuladas por movimentos conservadores como o Escola Sem Partido, consistiam no enfrentamento dos alunos contrários à narrativa histórica ministrada pelo professor. Por vezes filmado, esse enfrentamento era difundido na internet e trazia grandes transtornos ao professor denunciado, como xingamentos, ameaças físicas e até mesmo demissão da instituição que trabalhava. Portanto, o embate dos setores progressistas comprometidos com uma narrativa referendada pela historiografia e adequada à ética e coerência das interpretações das fontes históricas precisa ser aberto e assertivo. Apontar os erros e motivações por trás das versões distorcidas e fazê-los chegar ao maior número de pessoas é a principal arma para superarmos o negacionismo e o revisionismo históricos. A passividade só favorece as classes dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensaio apresentado buscou estabelecer a conexão entre as mudanças empreendidas pelo modelo neoliberal na percepção do tempo presente e as construções narrativas negacionistas e revisionistas históricas para justificar ou negar o protagonismo dos militares na ruptura democrática de 1964. O objetivo dessa conexão, como ficou evidenciado, é apagar o caráter das tensões sociais em curso no período, escondendo a materialidade da luta de classes. Com o intuito de delimitar o que é historiografia e o que não é, as primeiras páginas foram dedicadas a um resumo histórico do período imediatamente anterior ao golpe militar, pois é de vital importância apresentar ao leitor como a História analisa esse contexto, ainda que pesem discordâncias entre os historiadores no âmbito do debate acadêmico e sustentadas por interpretações das fontes, balizadas pela ética e coerência intelectuais.

A segunda parte do texto tentou demonstrar a disputa em torno da memória coletiva. De um lado, a historiografia e seus profissionais (historiadores e professores), de

outro, negacionistas e revisionistas ideológicos apoiados e financiados pelas classes dominantes. Como eixo central da reflexão, está a ingerência dos militares na vida política institucional do país. Os argumentos apresentados indicam que setores hegemônicos da sociedade se beneficiam com as narrativas que ora retiram o protagonismo dos militares, ora negam o caráter antidemocrático dos eventos de 1964. Essas versões do passado são construídas com o propósito de afastar da análise histórica e, por conseguinte, de apagar o aspecto incontornável da luta de classes para a compreensão do período. Agindo por meio das mídias digitais, grupos conservadores alcançam uma significativa parcela da população, ao mesmo tempo, grupos da sociedade civil alinhados aos interesses das classes dominantes exercem pressão para constranger os profissionais da educação, ou mesmo proibir a autonomia desses profissionais no exercício de suas funções, notadamente, a atividade docente.

Para finalizar, as reflexões apontam para um caminho possível para a superação das distorções históricas sobre aspectos relevantes da memória histórica coletiva. O embate aberto por parte dos setores progressivos da sociedade deve ser o meio para descortinar os interesses por trás da suposta neutralidade dos conservadores e reacionários. Somente disputando os espaços de divulgação será possível apontar as incoerências contidas nas narrativas negacionistas e revisionistas ideológicas. Assim, fica evidente que a disputa pela consciência histórica coletiva é aspecto incontestado da própria luta de classes, e firmar posição neste campo é fundamental para a adequada formação da consciência da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BETHELL, Leslie. (org.) **História da América Latina após 1930: Estado e política**. – 1ªed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional de 29 de agosto de 1961**. p.167. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/emenda-parlamentarista/pdf/diario-do-congresso-nacional-de-29-08-61>. Acessado em: 05/12/2021.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HERRERA, Genaro A. **El Pensamiento Político de los Militares**: estudios sobre Chile, Argentina, Brasil y Uruguay. - 2ªed. - Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986.

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e Revisionismo Histórico. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi. **Novos Combates pela História**: desafios - ensino. Campinas: Contexto, 2021. p. 85-114.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana, MG: Editora SBTHH, 2018.

TURIN, Rodrigo. **Tempos Precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.
1964: o Brasil entre armas e livros. Lucas Ferrugem e Filipe Valerim. Porto Alegre: Brasil Paralelo, 2019. 1 DVD (127 min).

MULTILATERALISMO EM DESUSO *INTERSECÇÕES ENTRE POLÍTICA, IDEOLOGIA E DISCURSO NO* **GOVERNO BOLSONARO**

*Alessandra de Rossi*¹

Resumo: Eleito em 2018, Jair Bolsonaro promove uma crescente ideologização das até então pragmáticas políticas de Estado. A criação de uma nova cultura política se inicia; programada para questionar o funcionamento e a organização do Estado brasileiro, ela instiga a superação de dogmas promovidos por governos anteriores, como a preferência pelo multilateralismo e a priorização de relações Sul-Sul. Nesse sentido, o presente artigo procura apontar, por meio da análise dos discursos presidenciais oficiais realizados entre janeiro de 2019 e junho de 2021, evidências do processo de ideologização da política externa brasileira promovido por Bolsonaro. A partir de uma percepção construtivista do sistema internacional e dos agentes nele inseridos objetiva-se, em última instância, o estabelecimento de um nexos causal entre a promoção de preferências ideológicas enquanto políticas de governo e o crescente desuso de mecanismos multilaterais regionais. Observa-se, destarte, que a instrumentalização do discurso enquanto um dos meios centrais do fazer política é refletida diretamente nos desenvolvimentos da política internacional brasileira, impactando as relações de cooperação do Estado com seus pares.

Palavras-chave: Bolsonaro; Ideologia; Multilateralismo; Discurso.

MULTILATERALISM IN DISUSE *INTERSECTIONS BETWEEN POLITICS, IDEOLOGY AND DISCOURSE IN* **THE BOLSONARO GOVERNMENT**

Abstract: Elected in 2018, Jair Bolsonaro promotes a growing ideologization of the state's previously pragmatic policies. The creation of a new political culture begins; programmed to question the functioning and organization of the Brazilian State, it encourages the overcoming of dogmas promoted by previous governments, such as the preference for multilateralism and the prioritization of South-South relations. In this sense, this article seeks to point out, through the analysis of official presidential speeches held between January 2019 and June 2021, evidence of the ideologization process of Brazilian foreign policy promoted by Bolsonaro. From a constructivist perception of the international system and the agents involved in it, the objective is, ultimately, to establish a causal link between the promotion of ideological favored preferences as government policies and the growing disuse of regional multilateral mechanisms. Therefore, it is observed that the instrumentalization of discourse as one of the central means of policy making is directly reflected in the developments of Brazilian international politics, impacting the state's cooperative relations with its peers.

Keywords: Bolsonaro; Ideology; Multilateralism; Discourse.

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, intercambista acadêmico(a) no Sciences Po Rennes e mestrando(a) em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI-UFSC).

INTRODUÇÃO

Marcada por declarações polêmicas e pela defesa do conservadorismo e dos bons costumes cristãos, a bem-sucedida campanha de Jair Bolsonaro para a Presidência marcou o início de um crescente processo de ideologização da política brasileira. Críticas à “estratégia de política externa adotada ao longo dos governos petistas, às relações Brasil-Venezuela e promessas de aproximação com Estados Unidos e Israel eram claras ao longo da campanha” (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 64). Inicia-se, dessa forma, um processo de diminuição do pragmatismo na política externa; pouco a pouco, Jair Bolsonaro e os grupos de interesse envolvidos em seu governo reescrevem a postura internacional brasileira para melhor atender às suas aspirações ideológicas.

Enquanto uma política externa pragmática seria baseada na utilidade e na praticidade das ideias, em que o peso das consequências de cada ação supera o apreço por um ou outro princípio, “a ideológica seria mais associada a personalismos” (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 65). A construção da figura mítica de Bolsonaro durante a campanha eleitoral e o alto nível de influência político dos grupos que o apoiam permitem, nesse sentido, a manutenção de uma política de governo movida e delimitada por crenças de cunho ideológico. Ao contrário da política externa pragmática, associada a um planejamento de médio-longo prazo, como uma “política de Estado” (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 65), a política de Jair Bolsonaro é imediatista e parece ter poucas chances de sobreviver para além do seu mandato.

Os entraves estruturalmente impostos pelo pragmatismo necessário à política externa encontram, no governo bolsonarista, um poderoso inimigo. Contrariando a cultura política de ação reproduzida até então, que por muitos anos permitiu ao Ministério de Relações Exteriores ditar as pautas internacionais sem embargo, Bolsonaro dá preferência ao ato do discurso enquanto ferramenta de estruturação da política externa brasileira. Seus pronunciamentos nacionais e internacionais passam, então, a ganhar cada vez mais notoriedade.

A ascensão da figura presidencial enquanto construtora e promotora da agenda internacional transforma, destarte, os pronunciamentos oficiais do Presidente em percussores de políticas de governo. Nesse novo cenário ajustes importantes acontecem: o progressivo desuso do multilateralismo, que cede lugar ao bilateralismo, mune-se diretamente da nova forma de fazer política. Ainda que iniciativas de cooperação regional continuem a acontecer, a guerra ideológica de Bolsonaro, reverberada em seus discursos, inaugura uma nova fase da política externa brasileira. Assim, a contenção na continuidade de Dilma Rousseff é, paulatinamente, substituída pelo Brasil para todos de Bolsonaro.

Com isso em mente, o presente artigo se dispõe a analisar o conteúdo dos 13 pronunciamentos presidenciais oficiais, nacionais e internacionais, transcritos pela Fundação Alexandre de Gusmão, no período compreendido entre janeiro de 2019 e julho de 2021, destacando aqueles com inclinações ideológicas pertinentes para a presente análise. Para isso, serão utilizadas de forma combinada as metodologias de análise argumentativa e de estudo de caso, com o objetivo de apontar marcadores capazes de elucidar o processo de ideologização da política externa brasileira e suas consequências para a tradição multilateral do país. Sustenta-se que a figura presidencial possui, por meio do discurso, ferramentas capazes de influenciar diretamente a política externa brasileira.

O artigo está dividido em três seções, além da introdução e da conclusão. Na primeira será explorada a condução da política externa brasileira de governos anteriores, atentando para as principais rupturas em relação ao atual mandato de Bolsonaro. Na segunda seção, serão apontados os marcadores ideológicos mais contundentes dos discursos analisados, estabelecendo o significado desses na construção da política bolsonarista. Na terceira seção será estabelecido um nexos causal entre os discursos mencionados e a atual condução da política externa brasileira, usando a teoria construtivista como guia para melhor compreender o processo de construção dos interesses nacionais.

POLÍTICA EXTERNA EM PERSPECTIVA: COMPARANDO MANDATOS

Mudanças de governo coincidem com mudanças na condução da política externa. A presidência de Jair Bolsonaro não é exceção a essa regra; o processo de transformação do Estado em um instrumento ideológico pessoal, no entanto, surpreende um pouco. A política externa brasileira na atualidade questiona seriamente a ideia de “insulamento burocrático do Itamaraty”(BAPTISTA; BERTOLUCCI; DIOGO, 2021, p. 502), invariavelmente presente em mandatos anteriores. Nesse cenário, políticas de Estado consistentes até então dão lugar a políticas de governo delimitadas a partir do processo de ideologização, cristão e conservador, promovido por Bolsonaro.

As eleições presidenciais de 2018 foram marcadas pela “influência intensiva das redes sociais” (SCHERER, 2021) e pelo “forte sentimento antipetista que pauta a política nacional desde, pelo menos, a reeleição de Dilma” (CASARÕES, 2019, p. 246). Um crescente apelo a soluções políticas quase-ditatoriais como forma de superar mazelas sociais, a urgência de revisão do Estado laico e uma onda conservadora em nível global

que pode ser traduzida, em linhas gerais, pela rejeição econômica, e sobretudo, política, à globalização (CASARÕES, 2019) são algumas das tendências globais que ajudam a entender a vitória de Bolsonaro no Brasil.

A construção de imagem realizada pelo atual Presidente brasileiro inaugura um novo modelo de relação entre os candidatos e eleitores brasileiros, que deixa de ser intermediado pelo partido político e passa a ser constituído pela influência e participação da mídia como arena central da disputa política, modelo conceituado como democracia de público (MANIN, 1995). A utilização das instituições estatais enquanto searas de propagação e reprodução do discurso presidencial, que não necessariamente reflete os interesses nacionais maiores, parece seguir a mesma lógica. Por meio de pronunciamentos oficiais e informais, Jair Bolsonaro governa para si e pelo seu eleitorado, incitando discursos de ódio (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018).

As rupturas com os governos passados “começaram na primeira semana de mandato, com as nomeações dos principais ministros do seu governo”(BAPTISTA; BERTOLUCCI; DIOGO, 2021, p. 518) e persistem até hoje. De acordo com Baptista, Bertolucci e Diogo (2021, p. 518):

Nos primeiros meses de governo, Brasília delineou seu alinhamento político-econômico aos EUA, o distanciamento da região e do Sul Global (BAPTISTA; BERTOLUCCI, 2020). Esses posicionamentos se evidenciaram nas constantes críticas aos seus antecessores pelo distanciamento dos Estados Unidos e a aproximação com parceiros na Europa e com os BRICS. Ademais, diversas alterações no corpo diplomático foram realizadas com o intuito de nomear diplomatas alinhados com as propostas do governo, com demissões, inclusive, de quadros críticos aos governos petistas, mas não alinhados ao perfil ultraconservador de Ernesto Araújo.

Um dos primeiros espaços em que o governo Bolsonaro já apresenta suas cartas é na preferência pelo bilateralismo, em contraposição ao multilateralismo que marcava a PEB no período anterior (CHADE, 2019). Ademais, essa reorientação também foi feita em relação aos parceiros que o Brasil daria prioridade no cenário internacional. Ernesto Araújo e Bolsonaro deixaram claro que o país procuraria se aproximar do centro do capitalismo e de países ideologicamente alinhados. Exemplo disso é a aproximação do Brasil de Israel, validando, no discurso, o histórico pleito desse país sobre a capital disputada com a Palestina: Jerusalém.

A política externa brasileira atravessou períodos significativos em sua história contemporânea, começando pela política externa liderada por Barão do Rio Branco (1902-1912), que solidificou as fronteiras do Estado brasileiro, valendo-se de embasamentos históricos, geográficos e políticos (SCHERER, 2021). Na história mais recente, “os mandatos de Lula, dos anos 2003 até 2011, foram marcados por uma política externa brava e solidária” (BELÉM LOPES, 2020, p.5) com uma “diplomacia de alto perfil, que recuperava a assertividade e a confiança nacional, assim como a identidade do Brasil como país terceiro mundista” (PECEQUILLO, 2015, p. 107).

No ambiente doméstico, o governo do petista foi responsável pela constituição de um mercado de massas, que apresenta “o BNDES e o Bolsa Família como os principais pilares de uma associação positiva entre a integração econômica global e o aumento do gasto público” social (SOARES DE LIMA, 2010, p. 7). Frente ao sistema internacional, “a preferência pelo multilateralismo e a adoção do regionalismo pós liberal” (SOARES DE LIMA, 2010, p. 17), assim como um “maior foco na integração sul americana” (VIDIGAL, 2019, p. 10) pautavam as relações internacionais do país, colocando os Estados Unidos como foco secundário. Embora este fosse uma hegemonia importante na ordem liberal, o Brasil assumia com os EUA uma relação de compartilhamento de valores e interesses, através de um diálogo fluído.

Dilma Rousseff, sucessora de Lula, manteve muitas das diretrizes estabelecidas pelo ex-Presidente; é somente com a ascensão de Michel Temer, em 2016, que uma maior ruptura política acontece. A preferência pelo multilateralismo, os focos na integração sul-americana, principalmente por meio do Mercosul e da Unasul, assim como o posicionamento brasileiro em relação à China continuaram os mesmos durante o governo Dilma (VIDIGAL, 2019). Percebeu-se, no entanto, uma crescente presença dos Estados Unidos na formulação da política externa brasileira, sintomática da intensificação de parcerias com a potência na economia e na política, ainda que de forma desconfiada (VIDIGAL, 2019). Internamente, “o distanciamento entre diplomacia e política externa brasileira iniciado no governo Lula se intensificou” (BELÉM LOPES, 2020, p. 10) e o país acabou “diminuindo a projeção e intensidade de seu poder” (PECEQUILO, 2015, p. 109). O incentivo à política com foco social e à manutenção de iniciativas como o Bolsa Família, herança de seu antecessor, continuaram presentes até o fim do mandato interrompido de Dilma.

É com a tomada de posse de Michel Temer que as principais rupturas da política externa brasileira desde 2003 tomam lugar. O governante do MDB intensificou a preferência pelo bilateralismo e o alinhamento com os Estados Unidos, além de ter mantido uma postura de baixo perfil e uma atuação discreta frente as organizações internacionais, focando em temas econômicos (VIDIGAL, 2019). Seu breve governo foi marcado pelo “aumento da influência de atores domésticos no processo de tomada de decisão, com o fortalecimento do pragmatismo vinculado aos setores econômicos importantes do país, como o agronegócio” (VIDIGAL, 2019, p. 3).

Em 2019, com o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil finalmente sucumbe totalmente à crescente onda de conservadorismo que chegava à América do Sul (CASARÕES, 2019). A instrumentalização da ideologia e o alinhamento a Washington

inauguram uma nova fase da política externa brasileira, que se afasta do Sul Global e restringe investimentos chineses (VIDIGAL, 2019). O novo governo, sustentado pelos “cinco Bs²” descritos por Vidigal (2019 p. 252), tem como maior desafio conciliar os diversos interesses domésticos quanto à formação de estratégias e ações do Estado, enquanto procura a aprovação estadunidense. Dessa forma, o alinhamento voluntário à figura de Donald Trump “dita a construção das motivações domésticas e o teor das relações com nossos vizinhos, como a posição sancionista frente à Venezuela e o enxugamento do Mercosul denunciam” (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 4).

Com a eleição do democrata Joe Biden nos Estados Unidos e o consequente retorno estadunidense a um discurso mais pragmático, a política externa brasileira passa momentos de incerteza. Com isso em mente, a próxima sessão desse artigo procura, por meio da análise dos principais discursos presidenciais oficiais transcritos em íntegra pela Fundação Alexandre Gusmão entre janeiro de 2019 e julho de 2021 e, a partir dos que são relevantes para o recorte temático utilizado nesse artigo, elucidar o papel da ideologia e o poder do discurso no processo de degradação das relações multilaterais com países do Sul Global, assim como a crescente preferência pelo bilateralismo.

MULTILATERALISMO EM DESUSO

A cultura de ação multilateral na América Latina é particularmente “bem-sucedida em termos de acordos governamentais para a resolução de disputas, mas a proximidade ideológica ainda continua mais valiosa do que valores e normas na região” (KURTENBACH, 2019, np). A inserção dos valores do liberalismo multilateral – democracia e direitos humanos – está presente em um grande número de acordos assinados pelos países latino-americanos, e é “ancorada no sistema interamericano; a implementação dessas medidas, no entanto, sempre provou ser difícil” (KURTENBACH, 2019, np).

O governo de Jair Bolsonaro faz parte de uma onda de governos nacionalistas com pouco interesse na cooperação liberal (FLEMES, 2018) que começa a se desenvolver ainda antes de seu mandato. Embora existam outros governos conservadores na região, o alinhamento aos Estados Unidos de Trump e a preferência pelo bilateralismo em

² De acordo com Vidigal (p. 252-253, 2019), as forças que ofereçam sustentação ao governo de Jair Bolsonaro podem ser divididas em cinco grupos fundamentais: i) bíblia, composta pela banca evangélica, ii) boi, bancada ruralista, iii) bala, composto pelos militares e pela bancada de segurança pública, iv) Bolsonaro, núcleo anti-globalista do governo, diretamente vinculado ao presidente e v) bancos, composto pela equipe econômica.

detrimento das instituições multilaterais regionais têm afastado, progressivamente, o Brasil dos seus vizinhos de fronteira. Simultaneamente a isso, “problemas estruturais fundamentais estão em erupção em toda a região latino-americana, mostrando o quão frágil o suposto consenso nas áreas de democracia, direitos humanos e Estado de direito” (KURTENBACH, 2019, np) realmente é.

As primeiras amostras do processo de ideologização da política externa brasileira promovidas por Jair Bolsonaro surgem ainda nas declarações dadas durante o período eleitoral, e são reiteradas no primeiro discurso oficial internacional feito pelo Presidente em Davos. O constante exercício de afastamento das práticas promovidas pelos governos anteriores é, durante os primeiros dois anos do mandato de Bolsonaro, visível nos mais diversos níveis de atuação estatal; a seguir, no entanto, focará nas medidas tomadas quanto à atuação multilateral do país.

Durante a Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial em Davos, no dia 22 de janeiro de 2019, Bolsonaro afirmou:

Nossas relações internacionais serão dinamizadas pelo Ministro Ernesto Araújo, implementando uma política na qual o viés ideológico deixará de existir. Para isso, integrar o Brasil ao mundo, por meio da incorporação das melhores práticas internacionais, como aquelas que são adotadas e promovidas pela OCDE. [...] Vamos resgatar nossos valores e abrir nossa economia. Vamos defender a família, os verdadeiros direitos humanos; proteger o direito à vida e à propriedade privada e promover uma educação que prepare nossa juventude para os desafios da quarta revolução industrial, buscando, pelo conhecimento, reduzir a pobreza e a miséria. [...] Tendo como lema “Deus acima de tudo”, acredito que nossas relações trarão infindáveis progressos para todos. (BRASIL, 2019)

A menção à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é simbólica; tendo realizado duras repressões a posição do Mercosul em relação à Venezuela durante seu período eleitoral, a exclusão de quaisquer menções sobre instituições regionais de desenvolvimento e cooperação não é apenas coincidência. Em adição, a menção a uma política sem viés ideológico – mesmo que interpelada, em seguida, por afirmações carregadas ideologicamente – faz referência a ideia de descontinuidade e ruptura com os governos anteriores. O tom da política externa, que “passa a procurar o desenvolvimento por meio da reconstrução da identidade internacional do Brasil” (CASARÕES, 2019, p. 235), foi estabelecido desde a corrida eleitoral e encontra, frente ao primeiro posicionamento internacional oficial, uma oportunidade de se reafirmar.

A batalha contra o petismo e a esquerda promovida pelo Presidente representou uma reestruturação da postura internacional do país que, pouco a pouco, passou a redirecionar seus esforços para longe do Sul Global, priorizando os Estados Unidos e

países a eles alinhados, como Israel e Taiwan. Assim, progressivamente, o multilateralismo regional entra em desuso no Brasil, ao passo que iniciativas bilaterais passam a se tornar o cargo chefe da política externa. Ainda em 2019, durante discurso no G20, o Presidente reafirmou:

Nós deixamos para trás um estado inchado, ineficiente, corrupto e permissivo com a violência. Em seu lugar, deixamos sólidos fundamentos de um governo enxuto, composto de especialistas comprometidos com balancear as contas públicas, restabelecer o estado de direito e resguardar as tradições e os valores morais que são tão caros ao nosso povo. (BRASIL, 2019)

A ideia de “redirecionamento do eixo de parcerias brasileiras na América Latina, enfatizando todos aqueles países que estejam livres de ditaduras” (CASARÕES, 2019, p. 241) e o “enxugamento do Mercosul, priorizando uma atuação voltada para o seu elemento comercial” (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 127) são, também, reiterados. No mesmo discurso, lê-se:

[...] estamos trabalhando para transformar os acordos de integração da América do Sul em mecanismos guiados por princípios democráticos que servem os interesses dos povos de nossa região. Nossa mensagem tem sido direcionada para um processo de integração mais pragmático e orientado para resultados, representado pela infraestrutura extremamente leve do recém-criado Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL). Estamos também resgatando a vocação do MERCOSUL para o livre comércio. Priorizaremos as negociações que já estão em estágio avançado, inclusive com a União Europeia, com a Associação Europeia de Livre Comércio e com o Canadá. Também iniciaremos negociações com Coreia, Singapura, Nova Zelândia e Estados Unidos. (BRASIL, 2019)

Durante pronunciamento na abertura da 74^a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, em 24 de setembro de 2019, a ideia do governo bolsonarista como remédio para um Brasil governado por premissas esquerdistas nocivas à democracia é novamente mencionada. Após saudações, o discurso é iniciado com a frase “Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo” (BRASIL, 2019). Mais tarde, ainda no mesmo evento, o alinhamento aos EUA é mencionado e justificado em nome da busca pela prosperidade, que levaria o governo a adotar “políticas que nos aproximem de países outros que se desenvolveram e consolidaram suas democracias” (BRASIL, 2019).

Medidas de integração regional e internacional são mencionadas, também, no mesmo evento, de forma rápida. Bolsonaro cita viagens a Davos, Washington, Israel e Santiago; a criação do Prosul, promovida como mecanismo para garantir que a “América do Sul se consolide como um espaço de democracia e liberdade” (BRASIL, 2019) é também mencionada. Um breve apontamento feito sobre o Mercosul é realizado em tom reformista, reforçando a adoção de nova postura sobre o grupo, diferente da dos governos anteriores: “Visitamos também um de nossos grandes parceiros no Cone Sul, a

Argentina. Com o Presidente Mauricio Macri e nossos sócios do Uruguai e do Paraguai, afastamos do Mercosul a ideologia e conquistamos importantes vitórias comerciais, ao concluir negociações que já se arrastavam por décadas” (BRASIL, 2019).

Em discurso por videoconferência na Cerimônia de Cúpula de Líderes do BRICS, em novembro de 2020, Bolsonaro afirmou:

Meu governo tem promovido a abertura de nossa economia, com vistas a uma maior integração do Brasil aos fluxos de comércio e investimento mundiais. São demonstrações do nosso empenho os acordos comerciais negociados pelo MERCOSUL com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio, a EFTA. Também já iniciamos tratativas com a Coreia do Sul e com o Canadá. Destaco, igualmente, os recentes acordos firmados entre o Brasil e os EUA sobre facilitação do comércio, boas práticas regulatórias e combate à corrupção. (BRASIL, 2020)

Em pronunciamento recente, já durante a pandemia da Covid-19, Ernesto Araújo, ao representar o Presidente da República na V Reunião Extraordinária de Presidentes do Prosul no dia 25 de fevereiro de 2021, reitera: “Multilateralismo não é uma palavra mágica, deve ser implementado em conexão com as realidades nacionais e com os esforços nacionais. E também em complementação aos esforços bilaterais”. A priorização dos esforços bilaterais, que triunfa mesmo diante da criação de um novo mecanismo de integração regional, como o Prosul, mantém-se constante durante o período aqui analisado. Fracos esforços são empreendidos em nome da união de países fronteiriços, uma vez que gestos diplomáticos e esforços burocráticos são reservados para a aproximação bilateral com o Norte.

A construção de uma visão fortemente instrumentalizada do multilateralismo é, como mostrado, reiterada durante diversos discursos formais presidenciais. A integração regional passa a ser pautada, nesse sentido, a partir de possibilidades de crescimento e desenvolvimento econômico, priorizando ganhos comerciais. A construção de uma identidade nacional com enfoque cultural e regional, fortemente promovida durante o governo Lula, é substituída por uma postura de resistência à localidade, focada em expandir relações bilaterais com países fora da América Latina.

Dentre os 13 discursos analisados na busca de evidências do processo de ideologização da política externa brasileira em curso desde o início de 2019, amostras contundentes de uma reescrita da política externa brasileira, focada ideologicamente no afastamento dos dogmas basilares anteriormente promovidos, são encontradas. De caráter internacional e nacional, feitos em eventos ou publicamente, as falas de Bolsonaro e seus representantes constroem um panorama diferente para a política externa brasileira, conseqüentemente desmantelando a altivez de outros mandatos. É possível

estabelecer, nesse sentido, umnexo causal entre pronunciamentos oficiais do Presidente e a atuação multilateral regional do Estado brasileiro.

Questões igualmente importantes, como a postura adotada pelo Presidente frente à Amazônia, também denotam marcadores do processo bolsonarista de ideologização política e estão presentes nos discursos analisados. A insistência na aceleração dos processos de privatização (BRASIL, 2021), muito discutida na campanha eleitoral, manteve-se igualmente presente e insistente em pronunciamentos internacionais. Composta de muitos eixos para além da ação multilateral regional do Estado, a instauração de uma ideologia com valores de core ocidentalizados, bilaterais, conservadores e cristãos é cargo chefe da Presidência de Jair Bolsonaro, que aspira pela criação de uma política de Estado.

A discussão sobre a importância do discurso para criação de interesses nacionais e comportamentos estatais nos ajudará a melhor entender o impacto dos pronunciamentos aqui citados. Com isso em mente, a próxima sessão desse artigo procurará dialogar com a teoria construtivista, refletindo sobre os impactos das falas presidenciais frente a um sistema internacional cada vez mais conectado e mutável. Dessa forma, torna-se possível estabelecer umnexo causal entre a promoção de preferências ideológicas enquanto políticas de governo e o crescente desuso de mecanismos multilaterais regionais.

DISCURSO E INTERESSES NACIONAIS: CONSTRUINDO PARALELOS

Relevante até hoje, o construtivismo é uma metateoria usada como ferramenta interpretativa do internacional, caracterizada por denotar poder para as ações dos agentes nele inseridos e que, em último nível, promove uma revolução do pensar durante o debate teórico clássico entre realismo e liberalismo. Destarte, “o construtivismo social começa com a suposição de que o mundo não é um fenômeno objetivo para ser descoberto através de observação empírica” (FIERKE, 2015, p. 133). A teoria construtivista e sua capacidade de visualizar o processo de construção simultânea existente entre agentes e estrutura elucida eficientemente o estabelecimento de umnexo causal entre os discursos analisados anteriormente e o desuso de mecanismos multilaterais na política externa brasileira.

Dando atenção para o poder do discurso e das ideias na criação da realidade humana, o construtivismo diverge de dogmas fortemente defendidos pelas teorias realistas e liberais das Relações Internacionais. O “ato de negação do materialismo

unilateral, apoiado por grande parte das construções teóricas da área até então” (NOGUEIRA; MESSARI, 2015, p. 167) cria um espaço transformador para a vertente: ao diminuir a importância dos aspectos econômicos e militares do Estado, abre-se espaço para discussões sobre os aspectos sociais e políticos, que modelam toda a realidade. O construtivismo se compromete, nesse sentido, a estreitar a conexão entre o mundo social e político, assim como entre os que deles fazem parte enquanto indivíduos. É importante pontuar, no entanto, que

[...] se por um lado os construtivistas não descartam as causas materiais, por outro, consideram que as ideias e os valores que informam a relação do agente com o mundo material desempenham função central na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo. (NOGUEIRA; MESSARI, 2015, p. 167)

A teoria construtivista “opera a partir da constatação ontológica de que atores são moldados pelo meio em que vivem” (CONTEH-MORGAN, 1987, p. 74), ao passo que teorias com foco material, como as liberais, realistas ou marxistas, veem interesses e identidades como dados e incapazes de transformação. Dessa forma, “o construtivismo social surge como uma via média entre a racionalidade do realismo e o reflexivismo próprio das teorias pós-positivistas” (WENDT, 1992). Sem a “limitação de uma ótica de análise rígida” (FIERKE, 2015, p. 134), os expoentes dessa vertente ganham a capacidade de dialogar com e analisar a ação de Estados a partir de uma perspectiva *bottom-up*, que em muito beneficia discussões de política externa e doméstica.

O material e o social são inseparáveis para os construtivistas, contaminando-se mutuamente (ONU, 1989). Nesse sentido, considerando a construção do ser humano enquanto indivíduo como autodeterminante, logo surge a urgência construtivista por análises holísticas, capazes de relacionar as influências econômicas, políticas e sociais presentes no discurso dos agentes e em suas ações finais. Assim, “o que interessa primariamente para os construtivistas da vertente da variação linguística são as normas e regras que constroem o discurso, que acaba se referindo ao mundo social” (NOGUEIRA; MESSARI, 2015, p. 169).

Em um nível estatal, essa compreensão se alastra para a conclusão de que o interesse nacional, ao contrário do pregado pelo realismo clássico, é relacional, não-fixo e não-universal. O comportamento entre Estados, de acordo com essa lógica, apresentar-se-á como “uma consequência de determinadas identidades construídas através das relações entre agentes, das crenças e das regras sociais” (NOGUEIRA; MESSARI, 2015, p. 169). Mutáveis e dinâmicas, as relações entre agentes e o seu próprio viver espelham a natureza do sistema internacional; uma vez que esse é definido por aqueles que dele

fazem parte e esses, por sua vez, possuem livre arbítrio para reescrever a realidade por meio de seus discursos e ações, tudo é passível de mudança.

O Estado é, dessa forma, construído por meio de uma consciência intersubjetiva, e seu comportamento é “reflexo das identidades e interesses que por meio dessa consciência emergem” (FIERKE, 2001). Embora construtivistas da vertente materialista, como Onuf, sequer discutam a importância das identidades, “o conceito construído não pode deixar de fazer parte da vertente construtivista” (NOGUEIRA; MESSARI, 2015, p. 168). Identidade é, então, definida por Wendt (1992) como precedente aos interesses, sendo formada em processos relacionados em que identidade e a diferença se envolvem.

A clareza de que o comportamento entre Estados é influenciado diretamente pelos agentes atuantes no sistema internacional, e que os interesses nacionais são progressivamente construídos, aponta para a importância dos pronunciamentos aqui analisados. Enquanto representante oficial do Estado brasileiro, Bolsonaro possui a capacidade de influenciar a construção do comportamento internacional do Brasil por meio do ato do discurso. Com a quebra de correlação entre diplomacia e política externa, a manutenção dos interesses nacionais se torna cada vez mais atrelada à figura presidencial, sendo muitas vezes pautada por ela. As preferências pessoais do representante, a partir dessa interpretação, são capazes de moldar o comportamento internacional do país.

Conhecido por sua postura política conservadora e polêmica antes mesmo do início de seu mandato, Bolsonaro encontra na brecha de co-construção entre agente e estrutura o espaço perfeito para reproduzir seus ideais ideológicos a longo prazo na política externa brasileira. A construção de retórica que, durante as eleições, alavancou sua figura enquanto presidenciável, agora dita as externalidades políticas brasileiras. Seu discurso, naturalizado enquanto propaganda disruptiva das boas práticas estabelecidas até então por governos comumente interpretados como de esquerda, alastra-se por meio dos pronunciamentos anteriormente analisados. Dessa sequência de causalidades emerge, em último nível, um alto grau de influência sobre a construção das políticas de Estado.

A retórica muitas vezes hostil aos vizinhos de fronteira do Brasil, como no caso da Venezuela (BRASI, 2019), e a preferência por mecanismos de integração bilaterais inculcada nos discursos oficiais de Jair Bolsonaro ditam o tom da ação multilateral do país sob seu comando. Embora iniciativas de cooperação Sul-Sul, como a criação do Prosul (BRASIL, 2019) sejam citadas repetidamente, “a preferência por ações economicamente

direcionadas estimula a reestruturação internacional da ação brasileira, inaugurada ainda no governo de Michel Temer” (BELÉM LOPES, 2020, p. 6).

A aproximação com o Sul Global passa a ser ditada, nesse sentido, pelo ganho econômico. O progressivo processo de perda de importância do Mercosul diante da onda de conservadorismo global e regional é, com isso em mente, parte sintomática da virada cooperativa pela qual a América Latina passa atualmente. Assim, embora essa tendência não seja comportamento exclusivo do Brasil, o desuso do multilateralismo regional e a atenção dada a relacionamentos bilaterais, pautados pelo forte alinhamento ideológico, representa um novo *modus operandi* para a política externa brasileira.

Jair Bolsonaro é responsável, dessa forma, pela conclusão do afastamento entre diplomacia e política externa iniciado ainda no governo Lula, e pela manutenção de uma figura presidencial ativa, abertamente posicionada a favor dos grupos de interesse que a elegeram. O desenvolvimento e o escalamento das pautas prioritárias para a política externa passam, no seu mandato, a acontecer informalmente, sem aparente coordenação entre poderes, órgãos reguladores, instituições e Presidência. Nociva para agrupamentos socialmente marginalizados, “a política externa brasileira de Bolsonaro se constrói a partir de um Brasil existente no vácuo; a antiga política externa lulista de alto perfil” (PECEQUILO, 2015, p. 94) é, por fim, extinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pragmatismo e ideologia encontram, no governo de Jair Bolsonaro, uma contínua disputa. Focado em agradar os grupos de interesse que o levaram até o cargo de mais alto escalão na política brasileira, Bolsonaro governa por meio de polêmicas, sensacionalismo e discursos. Sua busca pelo maior distanciamento possível em relação às boas práticas estabelecidas por governos anteriores acaba, invariavelmente, promovendo a reestruturação de dogmas basilares da cultura política brasileira. Assim, estruturas previamente estabelecidas e posicionamentos tradicionais do Estado até então passam a ser questionados.

Sua eleição marca não o início de uma crise democrática para o Brasil, mas “a pontuação e intensificação de um processo de decadência que afeta o sistema democrático do país há algum tempo” (DALY, 2019, p. 1). O afastamento promovido em relação aos governos anteriores, muitas vezes responsável pela supressão de direitos básicos e pela já mencionada desvalorização do Sul Global, são sintomáticos dessa

decadência. A substituição do multilateralismo regional por ações de aproximação bilaterais com países alinhados ideologicamente aos ideais cristãos e capitalistas, promovidos durante o período eleitoral, atualmente redesenha a cultura política brasileira.

Os pronunciamentos oficiais aqui expostos e analisados servem como ferramenta para o estabelecimento de umnexo causal entre a atualidade da política externa brasileira e o papel da figura presencial enquanto agente determinante. Presentes desde o primeiro discurso internacional de Bolsonaro enquanto Presidente, as marcas ideológicas construídas durante sua campanha continuam presentes até hoje, influenciando o processo de tomada de decisão referente ao funcionalismo e comportamento estatal. Eleito por meio do sensacionalismo e com a ajuda da criação de uma figura pública moral e intocável pela corrupção, Jair Bolsonaro assume a Presidência determinado a manter o apoio dos grupos de interesse que o levaram ao poder.

Enquanto agente atuante no sistema internacional, o Presidente possui a capacidade de moldar o comportamento estatal e, em última instância, construir interesses nacionais. Sua retórica representa, nesse cenário, um importante mecanismo de controle das ações do Estado brasileiro como um todo. Seus discursos, muitas vezes focados na promoção de crenças pessoais, têm contribuído para um Brasil ainda mais desconectado da América Latina que, apesar de promover iniciativas como o Prosul, insiste em construir relações orientadas apenas pelo determinismo econômico.

Sua eleição acelera o já iniciado processo de desuso do multilateralismo e esquecimento das iniciativas de integração regional; a instrumentalização do discurso enquanto meio de manutenção das crenças ideológicas carregadas pelo Presidente e seu eleitorado contribuem para esse processo. Com uma data de validade aparentemente pré-estabelecida, o ex-deputado corre contra o imposto pragmatismo da política externa brasileira para transformar suas ideias em políticas de Estado. Sem sucesso, vale notar, até o momento.

A ruptura com a tradição multilateral e, até certa medida, democrática e proativa cultivada nos mandatos anteriores é, por si só, problemática e preocupante. Embora as vias de cooperação multilateral com países do Sul Global não tenham sido fechadas de forma definitiva – como a continuidade do Mercosul e a criação do Prosul indicam – o reestabelecimento do diálogo com vizinhos de fronteira continuará a esbarrar na problemática ideológica até, pelo menos, 2022. “Somente aonde mudanças positivas em redes integradoras de confiança, isolamento da desigualdade, e transformação interna das políticas públicas se intersectam que democracias duráveis e efetivas emergem” (TILLY,

2003, p. 40); o caso brasileiro, nesse sentido, está em declínio e espera, ansiosamente, pelas próximas eleições.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, João Victor Da Motta; BERTOLUCCI, Artur Cruz; DIOGO, Ana Victória Kloverza. Política De Estado Ou De Governo? a Reorientação Da Política Externa Brasileira Sob O Governo Bolsonaro. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [s. l.], v. 45, n. 250, p. 502, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/2447-861x.2020.n250.p502-533>.

BELÉM LOPES, Dawisson. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's postdiplomatic foreign policy. **Global Affairs**, v. 6, n.2, 2020, p. 167-184.

BRASIL. Presidente (2019 – em andamento: Jair Messias Bolsonaro). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial. **Davos**, 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/2958> . Acesso em: 15/07/2021.

BRASIL. Presidente (2019 – em andamento: Jair Messias Bolsonaro). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Cooperação do G20 em tempo de mudança (The Global Governance Project). **Sem local**, 17 de junho de 2019. Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/2960> . Acesso em: 15/07/2021.

BRASIL. Presidente (2019 – em andamento: Jair Messias Bolsonaro). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. **Nova York**, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3003> . Acesso em: 15/07/2021.

BRASIL. Presidente (2019 – em andamento: Jair Messias Bolsonaro). Discurso do Ministro Ernesto Araújo, em representação do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na V Reunião Extraordinária de Presidentes do PROSUL. **Videoconferência**, 25 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3573> . Acesso em: 18/07/2021.

BRASIL. Presidente (2019 – em andamento: Jair Messias Bolsonaro). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Cúpula de Líderes do BRICS. **Videoconferência**, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3415> . Acesso em: 18/07/2021.

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamiento Propio**, 24, 2019, p. 231-274.

CIOCCARI, D; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018.

CONTEH-MORGAN, E. Peacebuilding and Human Security: A Constructivist Perspective. **International Journal of Peace Studies**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 49–52, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07488008708408733>.

DALY, T. G. Populism, Public Law, and Democratic Decay in Brazil: Understanding the Rise of Jair Bolsonaro. **Law and Ethics of Human Rights (LEHR) journal**, 2019.

FIERKE, K. M. Critical Approaches to International Security. **Polity Press**, 2ª ed, 2015.

FIERKE, K. M. Constructing International Relations: The Next Generation. **Routledge**, 2001.

FLEMES, D. Brazil's Elections: Nationalist Populism on the Rise. **GIGA Focus LatinAmerica**, 5, 2018. Disponível em: www.giga-hamburg.de/en/publication/brazil-s-elections-nationalist-populism-on-the-rise . Acesso em 25 jun 2021.

GOMES SARAIVA, Miriam; VICENTE COSTA SILVA, Álvaro. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, [s. l.], n. 64, p. 117–137, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2019.64a08>.

KURTENBACH, S. Latin American – Multilateralism without multilateral values. **GIGA Focus LatinAmerica**, 7, 2019.

PECEQUILO, C.S. Do alinhamento e autonomia ao engajamento e contenção: o repensar das relações bilaterais Brasil - Estados Unidos. **Esboços**, v. 21, n. 32, out. 2015, p. 92-114.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 5-34, out. 1995.

NOGUEIRA, J e MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais. **Elsevier Editora**, 2015.

ONUF, Nicholas. World of our Making. Columbia: **University of South Carolina Press**, 1989.

SCHERER, L. A política externa do governo Bolsonaro: A autonomia pelo distanciamento. **Revista Relações Exteriores**, 2021. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro/> . Acesso em 01 ago 2021.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, v. 64, dez 2019, p. 117-137.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. Tradição e inovação na Política Externa Brasileira. Plataforma Democrática, **WorkingPaper n.3**, julho de 2010.

TILLY, Charles. Inequality, Democratization, and De-Democratization. **SociologicalTheory**, n. 21, v. 1, Jan. 2003, p. 37-43.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47**, volume 20: e 20011, dezembro de 2019.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, vol.46 n.2, 1992.

A RECONFIGURAÇÃO DA DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL

O impacto das plataformas digitais sobre o processo eleitoral

*Julia Alves de Andre*¹

*José Maria Pereira da Nóbrega Júnior*²

Resumo: Não existe conceituação pacífica na literatura sobre o que concerne ser uma democracia, sendo definida a depender da perspectiva teórica ou analítica. Todavia, o papel do cidadão, da escolha do governo e responsividade deste perante àqueles perpassa a maioria delas. Partindo disso, na Era Digital, com o advento das plataformas e da acelerada propagação de informação (e desinformação), percebe-se que houve impacto para os regimes democráticos e os elementos citados na qualidade democrática. Diante disso, a presente a presente pesquisa tem o objetivo geral de avaliar o impacto das plataformas da *Internet*, e a regulação ou não governamental sobre elas, no processo eleitoral dos países. Para cumprir com esse escopo, o percurso metodológico partiu de um ensaio teórico sobre o que é o regime democrático, com foco nos autores processualistas a partir da revisão bibliográfica e documental sobre a conceituação de democracia e o fenômeno da desinformação, o qual é amplificado pelas mídias e plataformas digitais. Seguindo para criação de um modelo a partir de um banco de dados criados com coleta de dados secundários, para ser realizada a análise descritiva dos casos. Essa temática emergente torna-se cada vez mais relevante conforme se observa quanto a propagação de conteúdo nas plataformas *online* revolucionou a comunicação e, conseqüentemente, o debate democrático.

Palavras-chave: Ciberdemocracia; Plataformização; Instituições Democráticas.

THE RECONFIGURATION OF DEMOCRACY IN THE DIGITAL AGE

The impact of digital platforms on the electoral process

Abstract: There is no peaceful conceptualization in the literature about what it means to be a democracy, being defined depending on the theoretical or analytical perspective. However, the role of the citizen, the choice of government and its responsiveness to those permeates most of them. Based on this, in the Digital Age, with the advent of platforms and the accelerated spread of information (and misinformation), it is clear that there was an impact on democratic regimes and the elements mentioned in democratic quality. In view of this, the present research has the general objective of evaluating the impact of Internet platforms, and the regulation or non-governmental over them, in the electoral process of the countries. To comply with this scope, the methodological path started from a theoretical essay on what the democratic regime is, focusing on proceduralistic authors from the bibliographical and documental review on the conceptualization of democracy and the phenomenon of disinformation, which is amplified by the digital media and platforms. Moving on to the creation of a model from a database created with the collection of secondary data, to carry out the descriptive analysis of the cases. This emerging theme becomes increasingly relevant as one

¹ Mestranda em Ciência Política pelo PPGCP/UFCCG, especialista em Direito Constitucional Aplicado (LEGALE) e em Direitos Difusos e Coletivos (CERS/CEI); graduanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA); e-mail: julialves@gmail.com

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor associado da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG); e-mail: jose.maria@professor.ufgc.edu.br

observes how much the spread of content on online platforms has revolutionized communication and, consequently, the democratic debate.

Keywords: Cyberdemocracy. Platformization. Democratic Institutions.

1. INTRODUÇÃO

Embora 45% dos países de todo o mundo sejam considerados democráticos, com base no Índice de Democracia divulgado pelo *Economist Intelligence Unit* (EIU) (THE ECONOMIST, 2022), não há uma conceituação exata e pacífica na literatura do que seja democracia, sendo esta definida através de diversos elementos a depender da perspectiva teórica ou analítica.

Nesse sentido, sua acepção ideal desde as Revoluções Liberais até a contemporaneidade tem sido qualificada e adaptada a realidades históricas e sociais dos países. Diante disso, com a transfiguração do mundo globalizado e conectado em redes nos dias correntes, que reconfiguraram as sociedades através das plataformas digitais, também houve impacto para os regimes democráticos. Assim, acontecimentos recentes, como certames eleitorais, confirmam que a *Internet* também pode ser usada para desestruturar as democracias (FREEDOM HOUSE, 2022).

Destarte, a presente pesquisa tem o objetivo geral de avaliar o impacto das plataformas da *Internet*, e a regulação ou não governamental sobre elas, no processo eleitoral dos países.

Para cumprir com esse escopo, o percurso metodológico partiu de um ensaio teórico sobre o que é o regime democrático, com foco nos autores processualistas a partir da revisão bibliográfica e documental sobre a conceituação de democracia e o fenômeno da desinformação, o qual é amplificado pelas mídias e plataformas digitais.

Dando seguimento, será realizado estudo empírico a partir da criação de um modelo com dados secundários coletados do *Democracy Index*, do índice *Freedom House* e *Freedom on the Net*, todos referentes ao ano de 2022, no qual foram selecionados 12 países americanos (Tabela 01), dois classificados como democracia plena, seis democracias imperfeitas, três regimes híbridos e um regime autoritário para ser possível a comparação entre os casos e percepção de influência entre as diferentes categorias (Tabela 02 e 03).

Assim, quanto ao estudo empírico entre os casos selecionados, inicialmente será realizada análise descritiva a respeito das variáveis para que,

em seguida, seja feito testes através da regressão multinomial para verificar relevâncias e probabilidades entre as variáveis selecionadas.

Nesse sentido, a literatura da Ciência Política sobre a temática aponta para que, de fato, exista influência entre o controle governamental no âmbito *online* e sobre os direitos individuais para a qualidade dos certames eleitorais nas democracias (BRUZZONE, 2021; VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018; SHAHBAZ; FUNK, 2019). Já a hipótese nula é a de que não há tal impacto entre as variáveis citadas.

Nessa ótica, os testes empíricos demonstraram que a hipótese nula melhor respondeu ao modelo.

2. UM APARATO TEÓRICO SOBRE O QUE É A DEMOCRACIA

Não existe uma conceituação imóvel sobre o que concerne ser uma democracia. Todavia, dentre as correntes que existem na literatura, pode-se diferenciar entre a perspectiva clássica, com a ideia de “governo do povo”, originária na Grécia Antiga e o paradigma processualista, em que ela é definida a partir do processo eleitoral como forma de escolher governantes (MIGUEL, 2005).

No que se refere à democracia grega, esta era exercida de forma direta pelos considerados cidadãos, através de assembleias populares e da crença ideal sobre a capacidade de todos pela gestão da *polis*.

Ainda no período do Iluminismo (Século XVIII) havia a busca por esse ideal grego. Um dos percussores para o debate e compreensão dessa idealização foi o contratualista Rousseau ao determinar que a função de um Estado seria buscar a vontade geral de todos seus cidadãos, ou seja, lutar pelo interesse comum a partir do que é justo ou injusto para todos os membros, com respeito a eles mesmos e ao próprio Estado (ROUSSEAU, 1999).

Entretanto, essa conceituação clássica da democracia teve como maior contribuição para as sociedades contemporâneas a criação simbólica de um *sistema ideal* que deve ser perseguido pelos Estados-nação. Mas que, na prática, não pode ser realizado devido a toda complexidade, pluralidade e extensão

tomada pelas sociedades modernas (MIGUEL, 2005). Nos dias correntes, portanto, entende-se por “povo” não mais como sendo uma entidade singular, mas sim uma composição de pessoas com interesses, valores e padrões diferentes (PRZEWORSKI, 2020) e, muitas vezes, conflitantes.

É através de uma alternativa para essa visão clássica, identificada como mais ideal do que factível para as sociedades, que foram sendo construídas a partir do período moderno outras problemáticas na definição de democracia. Nesse bojo, surgem autores considerados processualistas³, que partem da definição de um regime democrático tendo por elemento-base o processo eleitoral (MIGUEL, 2005).

Esse paradigma é instaurado por Joseph Schumpeter (1961), um economista austríaco em meados da década de 1940. Na sua perspectiva, a democracia não pode significar que o povo realmente governa, mas sim que ele tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão através da concorrência livre entre possíveis líderes por meio do voto do eleitorado (SCHUMPETER, 1961). Assim, a função do certame eleitoral passa a estar no centro da conceituação do processo democrático, e o cidadão tem seu papel reduzido ao voto, que é exercido periodicamente.

Na mesma linha processualista, Adam Przeworski (2020), ao criticar a quantidade de elementos impostos para um sistema ser considerado como democrático, justificando que, dessa forma, ele sempre estará em crise por algumas dessas características serem conflitantes e nem sempre estarem presentes de forma simultânea, oferece uma conceituação minimalista eleitoral. Diante disso, considera democracia como um arranjo político onde as pessoas escolhem seu governo através de eleições e têm possibilidade razoável de remover governos de que não gostem (PRZEWORSKI, 2020).

Samuel Huntington (1991), também inspirado pela visão schumpeteriana, define democracia como um sistema político no qual as decisões coletivas são escolhidas em eleições limpas, honestas e periódicas, em que os candidatos competem de forma livre pelo voto e em que grande parte da população adulta estará apta para votar (HUNTINGTON, 1991).

³ Ou procedimentalista, que apresenta uma visão menos ideológico-simbólica e mais factível.

Embora existam críticas ao reducionismo conceitual processualista da democracia por enfatizar apenas o certame eleitoral (MAINWARING, BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN, 2001), é inegável que, de fato, o voto é um mecanismo procedimental importante e diferenciador frente a outros regimes como, por exemplo, o autoritarismo.

Dessa forma, para as democracias modernas na visão processualista, o papel do povo seria a formação do governo. Por conseguinte, é válido compreender quem seria o eleitor, agente ativo e determinante para a escolha de quem exercerá o governo nas democracias.

Nessa esteira, Anthony Downs (2013), partindo do individualismo metodológico e inspirado nos ditames processualistas, compreendeu, através do seu modelo, a relação entre o que faz e como os cidadãos votam a partir do axioma de racionalidade na política. Isto é, o eleitor vota no que acredita lhe proporcionar mais benefícios por meio de uma ordem de preferências em um cálculo de utilidade (DOWNS, 2013).

Todavia, não é possível separar totalmente o eleitor de suas subjetividades. Destarte, para além dessa racionalidade, há uma construção de desejos e sentimentos que determinarão o que cada cidadão considera como primordial na escolha de determinado governo.

Assim, Schumpeter (1961) já concebia que o eleitorado era volátil e sugestionável, não estando completamente alheio a influências externas ao votar. Nessa visão, o comportamento político do cidadão, quando inserido na coletividade, possuiria reduzido senso de responsabilidade e uma sensibilidade maior às influências não-lógicas (SCHUMPETER, 1961). Estas irão moldar as vontades, bem como os julgamentos das preferências no âmbito da política para escolha de um governo.

Nesse sentido, os mecanismos de publicidade concebidos sobre os consumidores de um produto são equiparados na política, pela forma que os fatos e a vontade popular podem ser manipulados em uma tentativa de entrar em contato com o subconsciente, criando associações favoráveis e desfavoráveis (SCHUMPETER, 1961). Torna-se, assim, já evidente, o efeito que a propaganda e a informação podem ter sobre o indivíduo. Por essa possibilidade,

a vontade do povo poderia muito bem ser fabricada através do processo político e não ser algo estritamente racional como imaginava Downs (2013).

Ademais, na mesma esteira de considerar a democracia um tipo ideal, Robert Dahl (2005), ao definir elementos necessários para se aproximar dele (em poliarquias), tendo como as eleições um dos pilares desse sistema, enfatiza o quanto as crenças determinam ações políticas da população de um país, definindo elementos considerados por ele como fundamentais para o sistema democrático. Posto isto, as crenças são responsáveis por guiar a ação, porque estruturam os pressupostos sobre a realidade nos indivíduos e essas ações individuais influenciam sobre as coletivas e, com isso, toda a estrutura e funcionamento de instituições e sistemas (DAHL, 2005).

Destaca-se que, mesmo Schumpeter (1961) reconheceu que a competição pela liderança tem relação com os princípios legais e morais da comunidade (SCHUMPETER, 1961). Assim, as crenças provocam significativa influência sobre os sistemas eleitorais (DAHL, 1989). Portanto, para haver uma competição livre por um voto livre, é necessário que se cumpram condições que vão além do processo eleitoral (O'DONNELL, 1999).

Dessa forma, O'Donnell (1999) revela que, para que a concepção minimalista, que resume democracia ao sistema eleitoral, seja eficaz, também é necessário que existam algumas liberdades básicas, como os direitos individuais, por exemplo, a liberdade de expressão, reunião e uma imprensa livre (O'DONNELL, 1999) para que o eleitor possa decidir de forma independente.

Contudo, as crenças e concepções são intrínsecas aos indivíduos. Além disso, existem fatores culturais e morais que também influenciam o voto (O'DONNELL, 1999) ou até mesmo ideológicos (DOWNS, 2013), de modo que, na realidade concreta, não é possível a escolha de um candidato nos certames eleitorais de forma independente de todos esses fatores.

Baseando-se nesse aparato teórico sobre a conceituação de democracia, tornou-se manifesta a importância do eleitor e do sistema eleitoral para esse tipo de regime. Por conseguinte, o agente determinante para a escolha do governante pode ser visto como alguém flexível e passível de manipulação, guiado pelas suas vontades e utilidades (DOWNS, 2013), pela informação e

propaganda direcionada (SCHUMPPETER, 1961) ou até mesmo pela cultura em que está inserido (O'DONNELL, 1999).

Destarte, na contemporaneidade, esse sujeito está inserido na *Era Digital*, a qual possui como uma de suas características o grande volume informacional nas plataformas *on-line*. Nesse sentido, será visto como o regime democrático se adaptou ou tornou-se imerso na coexistência com as novas tecnologias.

3. CIBERDEMOCRACIA: UMA ERA ASCENDENTE E INSTANTÂNEA

A relação entre os meios de comunicação e o poder desde o século XX foi objeto de debate. Desse modo, no período das duas Grandes Guerras, com o advento do primeiro rádio e em seguida da televisão, houve o despertar do interesse de alguns teóricos alemães que viram no fenômeno a gênese da *mass media*, um método de manutenção do *status quo* de relação de dominação ideológica (BRUZZONE, 2021).

Destarte, o avanço dos meios de comunicação, com inicialmente o rádio e a televisão e, posteriormente, meios tecnológicos com acesso à *Internet*, transformaram não só as estruturas sociais, como também a forma de democracia. Nos dias correntes, essa mudança de paradigma é conhecida como a quarta revolução tecnológica por parte da literatura (DI FELICE, 2008). Assim, esses parâmetros de comunicação digital, propiciados pela *Internet*, tornaram a comunicação muito mais difusa, intervindo na opinião pública para além de limites geográficos e, conseqüentemente, influenciando a relação dos cidadãos tanto com a política em sentido amplo, quanto com o sistema democrático (DUTRA; OLIVEIRA, 2018).

Nesse sentido, Pierre Lévy (1999) cunhou o termo “ciberespaço” para se referir ao universo de informações transmitidas na realidade digital, que vão além dos componentes materiais e “cibercultura” como o conjunto de técnicas materiais, intelectuais, práticas, atitudes, modo de pensar e valores que se desenvolvem no ciberespaço (LÉVY, 1999). É nesse contexto que também surge o “cibercidadão”, aquele indivíduo elevado à era digital e que utiliza o espaço

virtual para o exercício da democracia e dos seus direitos individuais (DUTRA; OLIVEIRA, 2018).

Partindo dessa conjuntura, José Van Dikck, Proell, Thomas Poell e Martijn De Waal (2018) ao tratarem do fenômeno da “plataformização”, defendem que essas infraestruturas estão convergindo com as, até então, instituições *off-lines* responsáveis pela configuração social, forçando uma readequação das estruturas democráticas e legais. Assim, a esfera digital ganharia um caráter onipresente e percuciente, não representando mais uma estrutura paralela que reflete a sociedade, mas sim produzindo as novas estruturas em que os indivíduos vivem (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018).

Diante disso, torna-se evidente que, com a *Internet* e as novas plataformas de interação, houve o advento, não só de uma nova esfera pública, com a construção de novos protocolos de comunicação (CASTELLS, 2009), mas, para além disso, da readequação de toda a realidade. Esse quadro revolucionou, não apenas a forma dos indivíduos se comunicarem, mas também se informarem.

Para autores como O'Donnell (1999), que acreditam que uma teoria adequada da democracia deve conter em sua conceituação, além da escolha de um governo, elementos como condições históricas, exame dos usos linguísticos, os sistemas legais e o próprio contexto (O'DONNELL, 1999), o advento da *Internet* e das plataformas de interação digital redesenharam a forma de se pensar as características consideradas democráticas.

Destarte, mesmo para aqueles considerados minimalistas (SCHUMPETTER, 1961; PRZEWORSKI, 2020), o processo de escolha de um governo se tornou muito mais volátil, com a presença, em sua maioria, de um eleitor com acesso aos dispositivos digitais e a proliferação das redes sociais digitais, interagindo de forma mais direta com a informação (e desinformação) por meio do debate simultâneo nas plataformas e seus algoritmos, os quais amplificam ou restringem consoante os interesses e orientações políticas de cada usuário (FARIAS; LOPES, 2021).

Dessa forma, para além do excesso de informação carregado pelo momento contemporâneo, há problemáticas como o agravamento da

desinformação e do fenômeno das *fake News* intensificados pelo fácil compartilhamento nas plataformas digitais.

4. O FORTALECIMENTO DO REPASSAR E O ENFRAQUECIMENTO DO QUESTIONAR NA ERA DIGITAL: INDÚSTRIA DA DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS

As notícias falsas ocorrem na história da humanidade desde os tempos mais remotos, como no Império Romano (FERRARI, 2018). Contudo, com o advento das mídias digitais, nas quais as notícias se propagam em larga escala e de forma simultânea para milhares de pessoas, se tornou muito mais enfático as possibilidades de disseminar desinformação, devido à grande capacidade de conexão e dimensões multilaterais que a vida em rede oferece (BOARINI; FERRARI, 2021). Esse destaque situa-se dentro das próprias redes sociais digitais que reconfiguraram a sociedade como um todo, com seu imediatismo, capilaridade e capacidade de atingir audiências gigantescas, diversas ou limitadas por bolhas, possuindo até a capacidade da atuação dos não-humanos como agentes comunicacionais, *bots* e algoritmos (FERRARI, 2018). Exemplifica-se com a classificação:

No estudo Information Disorder do Council of Europe Report 2017, Wardle e Derakhshan (2017) classificaram o composto da desordem na informação em *mis-information*, *dis-information* e *mal-information*. A primeira classificação – *mis-information* – refere-se a uma informação falsa compartilhada sem a intenção de prejudicar. A segunda – *dis-information* – diz respeito a uma informação falsa compartilhada com o intuito de prejudicar. A terceira denominação – *mal-information* –, por sua vez, trata de uma informação genuína compartilhada para causar prejuízo e, geralmente, acontece quando a transferem da esfera privada para a pública, como acontece no processo de vazamento de informação [...] (BOARINI; FERRARI, 2021, p. 40).

Dessa forma, a conjunção de vários fatores provenientes da Era Digital contribuiu para fortalecer o processo de desinformação, como a configuração das redes digitais, a possibilidade de exploração dos recursos tecnológicos dentro do universo narrativo para alcançar amplas audiências ou delimitadas por bolhas e a crise de confiança sofrida por instituições como a imprensa (BOARINI; FERRARI; 2021).

Diante da ampla gama de conteúdos propagados através das plataformas digitais, os eleitores nos dias correntes têm a discricionariedade de selecionar os canais através dos quais desejam obter informações, e isso traz implicações para a forma como se comportam (LESSA, 2021).

No que se refere a inserção da democracia (ou ciberdemocracia) nesses meios, na perspectiva de usuários, a oferta e seleção de informações por meio das plataformas parecem mais democráticas pela horizontalidade do que a realizada pelas corporações midiáticas tradicionais, já que o próprio indivíduo tem o poder de escolha sobre como e qual assunto buscar. Todavia, ao ampliar-se o ponto de vista, percebe-se que essas mídias digitais pertencem a atores privados, não sendo construções neutras, pois têm normas e valores específicos em suas arquiteturas e que, por consequência, o debate público é submetido às suas premissas ideológicas (KEGLER; POZOBON, 2021). Isso acaba tendo influência para o sistema democrático como um todo, pois moldando-se a interpretação e a concepção de eleitores, é possível influenciar diretamente na escolha de governos.

Nessa ótica, percebe-se que há um paradoxo nesse processo: as novas tecnologias de informação e comunicação, ao mesmo tempo em que foram consideradas ferramentas capazes de mobilizar e melhor informar os eleitores, além de os aproximar dos representantes ou candidatos ao governo, foram também caracterizados como plataformas com potencial de facilitar a criação de “câmaras de eco”, ampliando o alcance de discursos de ódio e de campanhas de desinformação (LESSA, 2021).

Portanto, ter desejos e necessidades de cada usuário determinados algoritmicamente pelos dados gerados nas interações com a plataforma, pela informação ou desinformação, acaba por influenciar na proliferação de conteúdos sobre política (DIJK; PROELL; WALL, 2018), o que molda a opinião e decisão dos cidadãos na escolha dos seus governos influenciando, por conseguinte, a própria democracia.

Esse fato já foi constatado pela maioria dos Governos ao redor do globo, os quais aumentaram drasticamente seus esforços para manipular informações nas mídias sociais. Exemplifica-se com os regimes chinês e russo, os quais foram

pioneiros na utilização da ferramenta virtual. Por conseguinte, essa prática se tornou global (TRUONG, et. all, 2018). Michael Kosinski e John Rust (2020), ao analisarem a possibilidade de efetivamente influenciar decisões com base em informações coletadas digitalmente, cunharam o termo de “pegada digital”⁴ (KOSINSKI; RUST, 2020).

Nesse sentido, o uso de *fake News*, contas *bot* automatizadas e outros métodos de manipulação através da desinformação foram comprovadamente utilizados em várias campanhas eleitorais no bojo de países declarados democráticos, como nos Estados Unidos na qual na Donald Trump foi eleito em 2016 (BRUZZONE, 2018) e no Brasil que elegeu Jair Bolsonaro em 2018 (SHAHBAZ; FUNK, 2019). Para além desses, as táticas de manipulação e desinformação desempenharam papel importante nas eleições em pelo menos 17 outros países já em meados dos períodos citados, prejudicando a capacidade dos cidadãos de escolher seus líderes com base em notícias factuais e debate autêntico (TRUONG, et. all, 2018). Exemplifica-se a atuação desses mecanismos:

Numa campanha política personalizada, a declaração de um candidato que defende a posse de armas pela população será acompanhada por uma foto de um ladrão invadindo uma casa – esse conteúdo vai aparecer na tela do celular de alguém preocupado com segurança da família. Mas a imagem será de um soldado em posse heroica se a mensagem for dirigida a uma pessoa preocupada com a superioridade sobre outras nações [...] A imagem se adapta, fazendo-se mais próxima, para que a mensagem seja mais facilmente recebida e absorvida [...] outra prática é a seleção de assuntos que serão mostrados, de acordo com o perfil. Assim, se um candidato tem um leque de 100 propostas e eu sou contra 95 delas, a campanha irá mostrar apenas as cinco que apoio (BRUZZONE, 2021, p. 69 e 70).

A partir da percepção disso, embora alguns governos procurassem apoiar seus interesses e expandir sua influência no exterior, como nas campanhas de desinformação da Rússia nos Estados Unidos e na Europa, na maioria dos casos, eles usaram esses métodos dentro de suas próprias fronteiras para manter-se no poder (TRUONG, et. all, 2018) através da manipulação dos eleitores no período eleitoral.

Dessa forma, a fabricação de apoio popular pelos agentes políticos nas mídias sociais cria um ciclo fechado no qual o regime essencialmente se endossa, deixando grupos independentes e cidadãos comuns de fora. E ao reforçar a falsa

⁴ *Digital footprint*

percepção de que a maioria dos cidadãos os apoia, as autoridades são capazes de justificar repressões contra a oposição política e promover mudanças antidemocráticas em leis e instituições sem um debate adequado. O preocupante é que a manipulação patrocinada pelo Estado nas mídias sociais é frequentemente associada a restrições mais amplas à mídia noticiosa que impedem o acesso a reportagens objetivas e tornam as sociedades mais suscetíveis à desinformação. (TRUONG, et. all, 2018).

Diante desse ciclo nocivo para regimes democráticos no âmbito contemporâneo da Era Digital, foi realizada uma análise empírica, inicialmente de forma descritiva e, em seguida, quantitativa, para compreender o impacto da teoria em uma análise comparada com doze casos.

5. O REFLEXO DAS NOVAS TECNOLOGIAS PARA A QUALIDADE DAS DEMOCRACIAS AMERICANAS

Compreendendo-se a importância das eleições como elemento basilar para um governo ser considerado democrático (SCHUMPETER, 1961; PRZEWORSKI, 2020; HUNTINGTON, 1991; DOWNS, 2013; DAHL, 1989), e tendo o eleitor como agente ativo para a escolha dos governos, torna-se evidente que a informação e a desinformação propagadas em alta escala nas plataformas digitais a partir da quarta revolução tecnológica influencia de forma direta a escolha dos líderes governantes nos sistemas democráticos.

Diante disso, a organização *Freedom House*⁵, a partir da condução de pesquisas que investigam a interação entre plataformas digitais e integridade eleitoral, possui um observatório eleitoral, o qual criou o índice *Freedom on the Net*, sobre a vulnerabilidade eleitoral com indicadores relacionados à liberdade na Internet e direitos políticos.

Destarte, os indicadores de vulnerabilidade eleitoral são construídos através da criação das variáveis categóricas em formato de escala, pontuados de

⁵ A Freedom House é uma organização independente e sem fins lucrativos, sediada em Washington (EUA), que possui relatórios e índices para medir a qualidade da democracia feito através de surveys a partir de elementos considerados fundamentais para o arranjo democrático.

0 (pior) a 4 (melhor), e pontuação total de 100, no qual este número representa o ambiente eleitoral menos e 0 o mais vulnerável.

Nesse sentido, foi elaborado um modelo com escopo de fazer a análise empírica sobre as questões discutidas na parte teórica. Dessa forma, para seleção dos países se utilizou do Índice de Democracia (*Democracy Index*) de 2022 criado pela revista *The Economist* que categoriza o estado da democracia em 167 países com base em cinco medidas⁶ em democracia plena, imperfeita, regime híbrido e regime autoritário.

Tabela 01: Países selecionados e Categorias⁷

Country	Categoria
Argentina	Democracia Imperfeita
Brazil	Democracia Imperfeita
Chile	Democracia Plena
Colombia	Democracia Imperfeita
Costa Rica	Democracia Plena
Ecuador	Democracia Imperfeita
El Salvador	Regime Híbrido
Honduras	Regime Híbrido
Mexico	Regime Híbrido
Peru	Democracia Imperfeita
United States	Democracia Imperfeita
Venezuela	Regime Autoritário

Fonte: elaboração dos autores.

Dessa forma, a partir dos critérios que envolvem a definição de democracia, em um maior ou menor grau, que comportam as cinco medidas, o indexador avalia a qualidade da democracia de cada Estado-nação, como será melhor explanado na tabela 01.

Partindo disso, foram selecionados doze países americanos, dentre América do Norte, América Central e América do Sul (Tabela 01), dois classificados como democracia plena, seis democracias imperfeitas, três regimes híbridos e um regime autoritário para ser possível a comparação entre os casos e percepção de influência entre diferentes categorias.

Busca-se inicialmente fazer a comparação da classificação do *Democracy Index* de 2022 com a do *Freedom on the Net* do mesmo ano e analisar se ambos

⁶ Processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política democrática e liberdades civis.

⁷ Categorias retiradas do *Democracy Index* 2022.

estão em coerência. Em seguida, será feita uma investigação sobre o impacto das variáveis para a qualidade das eleições dos casos.

5.1 CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DESCRITIVA DOS CASOS AMERICANOS

Apoiando-se nessa seleção de países, foi construído um modelo a partir dos dados secundários retirados do *Freedom in the World (FIW)* e do *Freedom on the Net (FOTN)* referente ao relatório do ano de 2022. As variáveis consistem em indicadores e escalonadas entre 0 (pior) a 4 (melhor) (Tabela 03) e são relacionados a eleições em relação aos direitos políticos de um país e à liberdade na Internet.

Assim, a elaboração das variáveis foi realizada a partir da lista de perguntas exposta (Tabela 02) feitas pelos pesquisadores durante as últimas eleições nos países (Tabela 01) que ocorreram no ano de 2021 ou de 2022.

Diante disso, cada uma das indagações é pontuada pelos pesquisadores através dos fatores que devem ser considerados ao avaliar e atribuir os pontos como eventos, leis e práticas. Assim, uma pontuação maior é atribuída a medida que o cenário é mais livre, enquanto uma numeração menor é destinada aos ambientes menos livres (FREEDOM HOUSE, 2022).

Tabela 02: Descrição das variáveis

A	Vulnerabilidade a interrupções na Internet	O governo exerce controle técnico ou legal sobre a infraestrutura de internet para fins de restrição de conectividade?
B	Bloqueio de plataformas e sites	O estado bloqueia ou filtra ou obriga os provedores de serviços a bloquear ou filtrar o conteúdo da Internet?
C	Remoção de conteúdo on-line	Os atores estatais ou não estatais empregam meios legais, administrativos ou outros para forçar editores, hosts de conteúdo ou plataformas digitais a excluir conteúdo?
D	Desinformação e controle estatal de informações online	As fontes online de informação são controladas ou manipuladas pelo governo ou outros atores poderosos para promover um interesse político específico?
E	Leis que criminalizam atividades online protegidas	Existem leis que atribuem penalidades criminais ou responsabilidade civil para atividades online?
F	Processos por atividades online protegidas	Os indivíduos são penalizados por atividades online?

G	Punição extralegal por atividades online protegidas	Os indivíduos estão sujeitos a intimidação extralegal ou violência física por parte das autoridades estatais ou de qualquer outro ator em represália por suas atividades online?
H	Ataques cibernéticos contra atores cívicos	Os sites, entidades governamentais e privadas, provedores de serviços ou usuários individuais estão sujeitos a hackers generalizados e outras formas de ataque cibernético?
I	Qualidade das eleições executivas mais recentes	O atual chefe de governo ou outra autoridade nacional foi eleito por meio de eleições livres e justas?
J	Qualidade das últimas eleições legislativas	Os atuais representantes legislativos nacionais foram eleitos por meio de eleições livres e justas?
K	Liberdade e força da oposição política	Existe uma oportunidade realista para a oposição aumentar seu apoio ou ganhar poder por meio de eleições?
L	Liberdade de pressão indevida sobre a escolha política	As escolhas políticas do povo estão livres do domínio de forças externas à esfera política ou de forças políticas que utilizam meios extrapolíticos?
M	Igualdade política e participação	Vários segmentos da população (incluindo grupos étnicos, religiosos, de gênero, LGBT e outros grupos relevantes) têm plenos direitos políticos e oportunidades eleitorais?
N	Transparência e responsabilidade do governo	O governo opera com abertura e transparência?
O	Liberdade da Mídia	Existem mídias livres e independentes?
P	Liberdade de expressão para cidadãos privados	Os indivíduos são livres para expressar suas opiniões pessoais sobre assuntos políticos ou outros assuntos delicados sem medo de vigilância ou retaliação?

Fonte: elaboração dos autores.

Destaca-se que, desde a origem dos relatórios realizados pelo instituto *Freedom House*, a liberdade global na internet diminuiu pelo décimo segundo ano consecutivo. Além disso, identificou-se que os governos estão desmembrando a internet global para criar espaços *on-line* mais controláveis (SHAHBAZ; FUNK; VETEINSSON, 2022).

Nessa perspectiva, no que se refere à democracia, a qual possui dentre suas características a responsabilização governamental, um maior controle sobre os espaços virtuais não é visto como algo tão negativo, conforme será verificado abaixo.

Diante disso, fundando-se nessas variáveis categóricas selecionadas e com base nas últimas eleições dos países (Tabela 01), observa-se os resultados na tabela 03.

Tabela 03: Análise descritiva das variáveis

Country	Election Type	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
Argentina	Legislative	4	3	2	3	2	3	3	1	4	4	4	4	4	3	3	4
Brazil	General	4	3	2	1	2	2	1	1	3	3	4	3	3	2	3	3
Chile	General	4	4	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4
Colombia	Presidential	4	3	2	3	2	3	2	1	4	3	3	2	3	3	2	3
Costa Rica	General	4	4	3	3	3	4	3	3	4	4	4	4	3	4	4	4
Ecuador	General	3	3	2	2	2	2	2	1	3	3	3	3	3	2	2	3
El Salvador	Legislative	4	4	2	2	4	4	2	2	4	3	4	2	3	3	2	3
Honduras	General	4	4	2	2	2	4	0	2	2	3	2	1	2	1	1	2
Mexico	Legislative	4	4	3	1	2	3	0	1	3	3	4	2	3	2	2	3
Peru	General	4	4	4	2	2	4	2	2	4	4	4	3	2	2	3	4
United States	Legislative	4	4	3	2	2	3	2	1	3	4	4	2	3	3	3	4
Venezuela	Parliamentary	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	2	0	1	1

Fonte: elaboração dos autores.

De modo geral, no que se refere às democracias plenas analisadas (Tabela 01 e 03), Chile e Costa Rica, percebe-se que a pontuação se manteve elevada na grande maioria das categorias. Por outro lado, no regime considerado autoritário (Tabela 01 e 03), que é a Venezuela, os índices se mantiveram baixos.

Todas as democracias apresentaram um bom desempenho no que se refere ao controle governamental técnico ou legal sobre a infraestrutura da Internet e a gestão dele sobre o espaço virtual. Conforme retirado do relatório anual, as causas dessa fragmentação são as restrições ao fluxo de notícias e informações, o controle estatal centralizado sobre a infraestrutura da *Internet* e os obstáculos às transferências transfronteiriças de dados dos usuários (SHAHBAZ; FUNK; VETEINSSON, 2022).

Quanto ao controle de remoção dos conteúdos nas mídias digitais⁸, o que poderia auxiliar no combate à desinformação e *fake News*, a pontuação é baixa em todas as democracias, excetuando-se o Peru.

Paralelamente, a respeito da desinformação e o controle estatal de informação online⁹, que se refere a manipulação pelos atores políticos das notícias no mundo virtual para promover seus interesses políticos específicos, a maior pontuação foi do Chile. No que se refere ao Peru, pode-se perceber um

⁸ Variável "C".

⁹ Variável "D".

contraste, isto é, enquanto o governo tem forte poder de combater desinformação, ele tem fraco poder sobre as mídias digitais para direcioná-las aos seus interesses.

Destaca-se que, ao contrário dos métodos mais diretos de censura, como bloqueio de sites ou prisões por atividade na Internet, a manipulação de conteúdo online é difícil de detectar. Também é mais difícil de combater, dada a sua natureza dispersa e o grande número de pessoas e *bots* empregados para esse fim (TRUONG, et. all, 2018).

Quanto a possuir uma legislação específica para criminalizar ou responsabilizar os danos das atividades no meio digital e a efetiva punição¹⁰, o único país do modelo que possui um sistema eficaz é El Salvador, enquanto a Venezuela, mesmo sendo um sistema autoritário, não tipifica tais condutas e os demais encontram-se com pontuações medianas.

No que diz respeito à sujeição a ataques cibernéticos¹¹, a maioria dos governos democráticos encontra segurança adequada e preventiva quanto esses riscos. Já o sistema autoritário venezuelano não fornece segurança quanto aos possíveis acometimentos.

Sobre a qualidade das últimas eleições do executivo e legislativo¹², a Venezuela não pontuou, o que era esperado por ser considerado um país autoritário (Tabela 01). Chile e Equador, considerados como democracias plenas pelo *Democracy Index* atingiram pontuações favoráveis e El Salvador, mesmo sendo enquadrado como um regime híbrido, também galgou pontuação eficaz. Paralelamente, Argentina e Peru, considerados democracias imperfeitas, também atingiram pontuação máxima na escala eleitoral.

Relativamente aos direitos políticos (K, L e M), Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Equador possuíram pontuações positivas. Percebe-se que os dois países do modelo enquadrados em democracia plena estão contidos, sendo os demais democracias imperfeitas. Já a Venezuela, que é o regime autoritário utilizado para fins comparativos com os democráticos não pontuou nas variáveis.

¹⁰ Variável “E”.

¹¹ Variável “F”.

¹² Variáveis “I” e “J”.

A respeito dos governantes agirem de forma transparente e responsiva¹³, ambos os países considerados como democracia plena atingiram a nota máxima, enquanto o autoritário atingiu a mínima. Por outro lado, os regimes híbridos e as democracias imperfeitas tiveram variância.

Sobre a existência de mídia livre e independente¹⁴, apenas as democracias plenas atingiram a nota máxima. Ademais, quanto a liberdade de expressão para os cidadãos privados, Chile e Costa Rica, corroborando mais uma vez com o *Democracy Index*, também mantiveram pontuações que indicam um ambiente de execução dos direitos individuais dos cidadãos.

Destaca-se que esses dois últimos índices são considerados como fundamentais para a qualidade da democracia para autores como Robert Dalh (2005) e Anthony Downs (2013).

Partindo dessa ótica, percebe-se que o *Democracy Index* e o *Freedom on the Net* estão em coerência, de modo que, quanto mais democrático é um país, maior o controle estatal sobre a internet e o combate às *fake News* e a desinformação, mais responsivo é um governo, há o predomínio de mídia livre e independente, bem como do exercício dos direitos individuais dos cidadãos.

5.2 ANÁLISE DO IMPACTO DAS VARIÁVEIS CATEGÓRICAS PARA AS ELEIÇÕES AMERICANAS

Os índices expostos na Tabela 03 são interessantes pois revelam que quanto mais democrático é considerado um país, maior o controle governamental sobre irregularidades ocorridas no espaço virtual, agindo de forma ativa sobre desinformação e *fake news*, bem como mais livre são os cidadãos e a mídia para produzir e buscar fontes de informações.

Nessa perspectiva, é formulada a hipótese de que quanto mais democrático é considerado um país, conforme o controle da desinformação¹⁵ e a

¹³ Variável "N".

¹⁴ Variável "O".

¹⁵ Variáveis A, C, D, E, H das Tabelas 02 e 03.

possibilidade de exercício dos direitos individuais¹⁶, melhor é a qualidade das eleições para os Poderes Executivo e Legislativo¹⁷.

Portanto, para compreender a probabilidade do impacto sobre as variáveis expostas acerca da qualidade das eleições nos regimes analisados, foram construídos dois modelos, no qual são estimadas as qualidades das eleições para o Poder Executivo (I) e Legislativo (J).

Tabela 04: VIF: Fator de inflação para verificar se há multicolinearidade

A	C	D	E	H	M	O
3.24	3.26	3.14	2.83	6.31	6.81	6.41

Fonte: elaboração dos autores.

Optou-se pela regressão logística multinomial, por se tratarem de dados categóricos não-binários. Além disso, para evitar colinearidade, isto é, variáveis que medem a mesma coisa, alguns índices foram retirados dos modelos, quais sejam as variáveis B, F, G, L, K, N e P. Essa verificação ocorreu através de um fator de inflação obtido através de uma regressão linear, o qual o ponto de corte para considerar que há multicolinearidade é acima de 10.

Na tabela 04 estão expostos os fatores de inflação das variáveis utilizadas para compor o primeiro modelo (Tabela 04). Assim, a partir das variáveis retiradas da Tabela 02 e 03 foi realizada a regressão mostrada na figura 01. De modo geral, não há previsões significativas de interferência das variáveis independentes para a qualidade das eleições ao Poder Executivo.

A variável que demonstrou ser estatisticamente relevante foi a existência de mídias livres e independentes, quando os índices são “ruim” ou “razoável” para tanto, há indicação de menos chances de haver uma eleição para o cargo do Executivo de qualidade. Já quando é “bom” ou “excelente”, os coeficientes ficam positivos, indicando que há mais chances quanto a variável dependente.

¹⁶ Variáveis M e O das Tabelas 02 e 03.

¹⁷ Variáveis I e J das Tabelas 02 e 03.

Figura 01: Regressão Logística Multinomial Qualidade das Eleições do Executivo

	<i>Dependent variable:</i>			
	1 (1)	2 (2)	3 (3)	4 (4)
A	-15.693 (5,091.291)	27.222 (40.954)	8.132 (19,537.410)	14.015 (20,641.500)
C	8.725 (5,091.282)	-7.887 (20.482)	10.323 (9,713.177)	-14.457 (5,376.172)
D	9.270 (5,091.282)	-0.435 (20.477)	-37.068 (36,885.730)	22.136 (36,979.790)
E	30.024 (5,091.291)	-5.218 (20.477)	24.889 (12,984.690)	28.253 (9,658.125)
H	16.006 (5,091.282)	10.418 (20.477)	-42.555 (39,730.470)	-18.654 (38,030.500)
M	-23.879 (5,091.287)	-21.307 (20.477)	8.755 (13,069.650)	-36.073 (5,949.380)
O	-18.938 (2,545.646)	-20.375** (10.244)	4.536 (15,526.980)	19.008 (17,160.600)
Constant	-7.766 (2,545.641)	-4.436 (10.239)	-3.589 (5,595.662)	-33.107 (7,227.685)
Akaike Inf. Crit.	64.000	64.000	64.000	64.000
Note:	<i>p</i> <0.1; <i>p</i> <0.05; <i>p</i> <0.01			
Pseudo R ² (Nagelkerke):	0.9999992			

Fonte: elaboração dos autores.

Embora na regressão logística não haja uma interpretação direta do R², na literatura são utilizadas algumas medidas com o escopo de verificar a proporção de explicação do modelo, mesmo não se podendo fazer uma interpretação tão direta. Por outro lado, as medidas pseudo-R² são relativas entre modelos semelhantes, indicando o quão bem o modelo explica os dados. Assim, no modelo em análise, foi utilizado o índice Nagelkerke (1991) para mensurar a medida, o qual varia de 0 a 1, indicando que o modelo é bem ajustado e explicativo quanto maior o valor, no modelo analisado, o valor assumido é 0.9, sendo considerado alto.

Para galgar mais confiança no modelo e facilitar a compreensão, também foram obtidas as razões de chance com IC 95%, utilizando Log-Likelihood, e os intervalos de confiança para elas. Destaca-se que as razões de chance estatisticamente significativas são as diferentes de 1.

Dessa forma, quanto ao controle técnico ou legal governamental sobre a infraestrutura de *Internet* para fins de restrição de conectividade do governo

existem menos chances de aumentar a qualidade das eleições para o Poder Executivo. Possuem comportamento semelhante as variáveis C, D, E e H.

Figura 02: Razões de chance e intervalo de confiança

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI	p-value	Characteristic	log(OR)	95% CI	p-value
1				2			
A	-16	-9,994, 9,963	>0.9	A	27	-53, 107	0.5
C	8.7	-9,970, 9,987	>0.9	C	-7.9	-48, 32	0.7
D	9.3	-9,969, 9,988	>0.9	D	-0.44	-41, 40	>0.9
E	30	-9,949, 10,009	>0.9	E	-5.2	-45, 35	0.8
H	16	-9,963, 9,995	>0.9	H	10	-30, 51	0.6
M	-24	-10,003, 9,955	>0.9	M	-21	-61, 19	0.3
O	-19	-5,008, 4,970	>0.9	O	-20	-40, -0.30	0.047
Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value	Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
3				4			
A	8.1	-38,284, 38,301	>0.9	A	14	-40,443, 40,471	>0.9
C	10	-19,027, 19,048	>0.9	C	-14	-10,552, 10,523	>0.9
D	-37	-72,332, 72,258	>0.9	D	22	-72,457, 72,501	>0.9
E	25	-25,425, 25,474	>0.9	E	28	-18,901, 18,958	>0.9
H	-43	-77,913, 77,828	>0.9	H	-10	-74,557, 74,520	>0.9
M	8.8	-25,607, 25,625	>0.9	M	-36	-11,697, 11,624	>0.9
O	4.5	-30,428, 30,437	>0.9	O	19	-33,615, 33,653	>0.9

¹ OR – Odds Ratio. CI – Confidence Interval

Fonte: elaboração dos autores.

Ademais, também foi criado um modelo para verificar a hipótese quanto a qualidade das eleições do Poder Legislativo. Contudo, não foi encontrada significância, de modo a se obter um resultado semelhante ao do Poder Executivo. Por conseguinte, optou-se por não o exibir no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se propôs a produzir um debate teórico e empírico sobre a conceituação de democracia e sua transmutação para a modernidade em rede.

Diante disso, inicialmente foi realizada uma revisão teórica acerca da conceituação de democracia, dando ênfase na perspectiva processualista, a qual possui como elemento central o certame eleitoral, compreendendo o eleitor-cidadão como responsável pela escolha do governo, mas, sendo essa seleção feita por um indivíduo sujeito às influências externas, como cultura local, percursos históricos, notícias e propagandas.

A partir dessa compreensão, verificou-se que, com o advento das novas tecnologias da informação e a plataformização das interações sociais, houve transformações na forma contemporânea de se comunicar e de como as informações chegam ao cidadão-eleitor, intervindo na opinião pública de forma global, o que per si, influencia não só nos regimes democráticos, mas toda geopolítica.

Assim, houve a conversão da figura do cibercidadão, que é um eleitor agora com acesso aos dispositivos digitais e imerso nas plataformas virtuais, caracterizadas pelo grande volume informação e interação em curtos espaços de tempo. Esse cenário foi propício para intensificar a propagação das notícias falsas e desinformação. O que tende a moldar a percepção da realidade e as escolhas do eleitorado perante o governo e a escolha dele.

Nessa perspectiva, há a criação de um paradoxo de ponderação entre os benefícios e malefícios das plataformas *on-line*, pois, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias foram consideradas benéficas para mobilizar e dar autonomia aos eleitores na busca por notícias, bem como aproxima os representantes ou candidatos ao governo dos cidadãos, também tem o potencial de ampliar o alcance de discursos de ódio e de campanhas de desinformação.

No que se refere ao debate empírico, foram selecionados doze casos americanos para realizar inicialmente uma análise descritiva e em seguida a criação de um modelo para verificar o impacto das variáveis.

Nesse seguimento, foram utilizados dados secundários do *Democracy Index* e do *Freedom on the Net*, ambos referentes ao ano de 2022 para analisar como regimes democráticos tem se comportado no mundo em rede e qual o impacto do mundo virtual e da regulamentação governamental sobre eles no que se refere a qualidade das eleições.

Baseando-se nisso, tornou-se perceptível que democracias plenas são melhores avaliadas quanto ao controle do governo sobre a *Internet* e o conteúdo disseminado no âmbito virtual, bem como a possibilidade de manifestação da oposição política, responsividade e os direitos individuais tanto dos cidadãos quanto da existência de uma mídia livre e independente, enquanto os regimes híbridos e democracias imperfeitas possuem variação nos índices e o regime autoritário utilizado para comparar ficou entre categorias mais baixas.

Quanto aos modelos criados, tiveram como variáveis dependentes a qualidade das eleições dos Poderes Executivo e Legislativo e independentes os expostos na Tabela 04, diante disso foram realizadas duas regressões multinomiais, as quais demonstraram comportamento análogo.

Diante dessa semelhança, optou-se pela exposição apenas do primeiro modelo, a qual demonstrou não haver significância na maioria das variáveis, o que demonstra que, nos certames de análise, qual seja as últimas eleições dos casos, não houve significância quanto a grande maioria das variáveis.

REFERÊNCIAS

- BOARINI, Margareth; FERRARI, Pollyana. A desinformação é o parasita do século. **Revista Organic**, [S.l.]. V. 7. n. 13. 2021. P. 37 - 47. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.170549.
- BRUZZONE, Andrés. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. São Paulo: Contexto, 2021.
- CASTELLS, Manuel. **The power of identity, the information age: Economy, Society and Culture**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- DALH, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DI FELICE, Massimo. **Do público para as redes**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DUTRA, Deo Campos; OLIVEIRA, Eduardo. Ciberdemocracia: A internet como ágora digital. **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Vol. 6. n. 11. 2018. P. 134 - 166. DOI: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2018.11.134-166>

FARIAS, Luiz Alberto de; LOPES, Valéria de Siqueira Castro. Transbordo de desinformação. **Revista Organicom**, [S.l.] V. 17. n. 34. 2021. P. 11 - 12. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.181377.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Educ, 2018.

FREEDOM HOUSE. **Election Watch For The Digital Age**: Tracking the intersection of elections, internet platforms, and human rights Around the world. 2022. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/election-watch-digital-age>. Acesso em nov. 2022.

HUNTINGTON, Samuel. **The Third Wave, Democratization in the Late Twentieth Century**. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

KEGLER, Bruno; POZOBON, Rejane de Oliveira. Fake News, pós-verdade e os limites (ou desafios) da opinião pública na sociedade da plataforma. **Revista Organicom**, [S.l.]. V. 17. n. 34. P. 48 - 57. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.170515.

KOSINSKI, Michael; RUST, John. **Modern Psychometrics: The Science of Psychological Assessment**. 4ª ed. Standfor: Routledge, 2020.

LESSA, Maria Eduarda Regueira Navarro. **Uma live com hackers**: a relação entre confiança na mídia, nas eleições e a participação política. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. P. 1 - 87. 2021.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**: ensayo sobre filosofia política. Barcelona: Editora UOC, 2004.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel. PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. Vol. 44, n. 4. 2001. Rio de Janeiro. P. 645 - 687.

MIGUEL, Luís Felipe. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **BIB**. São Paulo, nº 59, 1º semestre de 2005, Págs. 5 a 42.

O'DONNELL, Guillermo. **Teoria Democrática e Política Comparada**. **Revista Dados**. V. 42. N. 4. 1999. Rio de Janeiro.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROUSSEAU, Jan Jacs. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHAHBRAZ, Adrian; FUNK, Allie. **The Crisis of Social Media. Freedom on the Net 2019**. 2020. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2019/crisis-social-media>. Acesso em nov. 2022.

THE ECONOMIST. **A new low for global democracy.** 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2022/02/09/a-new-low-for-global-democracy>. Acesso em nov. 2022.

TROUNG, Mai; et.all. **Manipulating Social Media to Undermine Democracy. Freedom on the Net 2017.** 2018. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2017/manipulating-social-media-undermine-democracy>. Acesso em nov. 2022

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The Platform Society: Public Values in a Connective World.** USA: Oxford University Press, 2018.

DISTORÇÕES DO PASSADO *A MEMÓRIA COLETIVA E O GOLPE MILITAR DE 1964*

Leonardo Lopes de Mendonça¹

Resumo: O artigo a seguir dedica-se a discutir as distorções da memória coletiva brasileira e, especificamente, as motivações por trás das disputas pelas narrativas dos acontecimentos das rupturas democráticas de 1964. Os argumentos apresentados apontam para a confluência de fatores como a aliança do setor militar e das classes dominantes e o modelo neoliberal com seus efeitos na vida cotidiana, com o objetivo de apagar a consciência coletiva acerca das tensões sociais ou da luta de classes. Para tal, o texto vale-se das considerações dos professores Marcos Napolitano e Rodrigo Turin acerca de suas reflexões sobre o negacionismo e o revisionismo histórico e da “aceleração do tempo” como dimensão da dinâmica social do neoliberalismo, respectivamente. Como chave interpretativa, esses conceitos abrem valorosas elucidaciones para todos os interessados em uma leitura ampla dos espectros políticos e sociais do Brasil contemporâneo. Espera-se que o presente ensaio sirva como ferramenta reflexiva no auxílio de trabalhos futuros que visem compreender a atual conjuntura partindo da disputa pela memória coletiva nacional, principalmente quanto ao maior trauma institucional percebido no último século: a ditadura militar. Trazer à tona a discussão em torno da memória do mais recente período de ruptura democrática constitui elemento basilar para explicar a luta de classes no Brasil contemporâneo, pois as forças políticas em tensão, em grande medida, podem ser consideradas sob a perspectiva da continuidade.

Palavras-chave: Luta de classes; Neoliberalismo; Golpe militar; Negacionismo.

DISTORTIONS OF THE PAST *COLLECTIVE MEMORY AND THE MILITARY COUP OF 1964*

Abstract: The following article is dedicated to discussing the distortions of the Brazilian collective memory and, specifically, the motivations behind the disputes over the narratives of the events of the democratic ruptures of 1964. The presented arguments point to the confluence of factors such as the alliance of the military and the ruling classes and the neoliberal model with its effects on everyday life, with the aim of erasing collective consciousness about social tensions or class struggle. To this end, the text makes use of the considerations of professors Marcos Napolitano and Rodrigo Turin about their reflections on denialism and historical revisionism and on the “acceleration of time” as a dimension of the social dynamics of neoliberalism, respectively. As an interpretative key, these concepts open valuable elucidations for all those interested in a broad reading of the political and social spectrums of contemporary Brazil. It is hoped that this essay will serve as a reflexive tool to help future works that aim to understand the current conjuncture based on the dispute over national collective memory, specially regarding the greatest institutional trauma perceived in the last century: the military dictatorship. Bringing up the discussion about the memory of the most recent period of democratic rupture is a fundamental element to explain the class struggle in Brazil, since the political forces in tension, to a large extent, can be considered from the perspective of continuity.

Keywords: Class struggle; Neoliberalism; Military coup; Denialism.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); graduado em História pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: leo23lopesmendonca@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O passado de um povo, país ou nação constitui aspecto fundamental para a construção da memória coletiva destes agrupamentos humanos. A história da nação une os nacionais em torno de uma identidade comum, e, por vezes, fatos e acontecimentos considerados relevantes são apropriados por grupos hegemônicos para legitimar a dominação desses sobre os demais. Portanto, a disputa pelas narrativas do passado é parte significativa da disputa pela hegemonia de classe.

Um aspecto importante para a compreensão do pensamento hegemônico é a identificação das classes sociais em tensão permanente no tecido social. No Brasil, particularmente, a História aponta para uma certa proximidade ou, em alguns momentos, protagonismo de um grupo em especial com o poder de direção do Estado: os militares. Estes, ao menos desde a queda do império, foram agentes ou legitimadores das rupturas ou tentativas de ruptura política e institucional no país, começando pelo golpe que removeu Pedro II, passando pela ascensão de Getúlio Vargas, pela pressão contrária à posse de Juscelino Kubitschek e depois a de João Goulart e culminando com o golpe militar de abril de 1964, que transformou o Brasil em uma espécie de modelo a ser copiado por outras ditaduras, principalmente na porção sul do continente americano.

No entanto, a percepção média do brasileiro sobre o passado de seu próprio país parece, em certo sentido, atenuar ou excluir a responsabilidade das Forças Armadas no que se refere aos acontecimentos disruptivos. Mesmo quando se trata do protagonismo inequívoco dos militares na ditadura, parte significativa da população ainda nega o termo golpe e o rebatiza de revolução. A narrativa que vigorou nos veículos instrucionais oficiais durante o regime (1964-1985) punha os militares como defensores da democracia e da moral cristã e últimos bastiões contra o poderoso inimigo: o comunismo.

Passadas mais de três décadas e meia do fim da ditadura militar, a memória coletiva de parte da sociedade lembra o período a partir do viés ideológico difundido pelos militares e seus apoiadores, em detrimento de vasta bibliografia produzida desde então, em que a responsabilidade das Forças Armadas nas perseguições, torturas e assassinatos, assegurada por ampla documentação, mostra-se inquestionável. Então por que a História não consegue formar a consciência coletiva dessa parte da população? Para tentar responder esta questão é necessário analisar diferentes aspectos constitutivos da sociedade brasileira como as classes hegemônicas, o modelo econômico e a relação capital-trabalho, assim como descortinar as intenções por trás de modelos explicativos que tiram ou atenuam o chamado “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217) da cultura política brasileira. Para começar, é importante realizar uma breve digressão na

história política recente, ou melhor, na história das interferências dos militares na cena política brasileira.

2 BRASIL: UM PAÍS TUTELADO

No Brasil, as Forças Armadas estiveram no poder durante vinte e um anos após o golpe de Estado de 1964. A radicalização das ações, optando pela solução através das armas, foi acompanhada de ideias e medidas mais tradicionais no setor econômico e político, o que evidenciava o caráter reacionário da ruptura política chefiada pelos militares. Não obstante, considerando todas as intervenções ocorridas a partir de 1930, as Forças Armadas intervieram quatro vezes contra a democracia pluralista (1937, 1954, 1961 e 1964) e somente duas vezes para garantir a legalidade constitucional (1945 e 1955). Duas intervenções anteriores à de 1964 (as de 1954 e 1961) podem ser consideradas igualmente favoráveis a projetos de desenvolvimento antinacionalistas e liberais do ponto de vista econômico, o que credencia, em certa medida, a qualificar essas intervenções como “teste de golpe de Estado” contra o sistema político estabelecido (BETHELL, 2015, p. 215).

Embora depois de 1930 os militares brasileiros, sobretudo os do exército, tenham constituído uma espécie de autoridade acima das demais e contra a qual era impossível governar, entre 1930 e 1964 as Forças Armadas, profundamente politizadas ou ao menos “ideologizadas”, estiveram divididas entre duas tendências principais cujos confrontos públicos interromperam a vida política. As maiorias cambiantes, ou melhor, as mudanças dos grupos dominantes no seio das Forças Armadas, ora favorável a uma política populista e nacionalista próxima da de Vargas e de seus herdeiros, ora próxima das posições dos liberais conservadores determinaram, ainda que de forma não proposital, os limites e as garantias da autonomia governamental. Não só o setor hegemônico dentro das Forças Armadas sancionava e ratificava os resultados eleitorais, como também todos os governos tinham consciência da necessidade de neutralizar seus adversários na instituição com o propósito de ter liberdade de ação. Sem tal “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217), expressão que se referia ao que era virtualmente uma instituição, a estabilidade política era impossível (BETHELL, 2015, p. 215).

Em 1964, as forças armadas não se limitaram a fazer uma simples intervenção corretiva, como em ocasiões anteriores. Ao que parece, os fatores determinantes para os acontecimentos daquele ano estavam intrincados ao contexto da Guerra Fria que imperava na América Latina. A chamada revolução de 1964 foi, em grande medida, um golpe a favor do Estado, ou seja, uma fratura institucional com o propósito de reordenar

sobre novos alicerces uma organização estatal que fosse capaz de apaziguar os anseios da classe trabalhadora (HERRERA, 1986, p.217). A Guerra Fria e o início de uma nova fase de desenvolvimento industrial que implicava em uma modificação do modelo de distribuição de renda fortaleceram ainda mais a posição dos militares liberais alinhados com a corrente democrática entre os quais predominavam antigos membros da Força Expedicionária Brasileira – FEB - que haviam participado da Segunda Guerra Mundial. Esses oficiais brasileiros, que lutaram ao lado do quarto corpo do Exército norte-americano na campanha da Itália, eram, em sua maioria, antigetulistas e partidários do livre mercado (HERRERA, 1986). Havia desempenhado papel importante na formulação da Escola Superior de Guerra e da Doutrina de Segurança Nacional, que atrelava o desenvolvimento nacional à segurança de Estado e, ao atribuir aos militares a função de definir os “objetivos nacionais permanentes” (HERRERA, 1986, p.217), justificava seus valores em nome da Guerra Fria (HERRERA, 1986).

A constante participação de quadros importantes do setor militar na disputa eleitoral referendava, de certa forma, a vigência do arranjo político em curso. Nesse sentido, o transcurso democrático do governo de Juscelino Kubitschek constitui formidável exemplo. Em 1958, JK propôs um audacioso plano para a política externa denominada Operação Pan-americana – OPA - segundo a qual os Estados Unidos deveriam capitanear um programa de investimentos tendo em vista, entre outras pautas, a erradicação da pobreza na América Latina. O plano previa investimentos na ordem de 3,1 bilhões de dólares destinados ao Brasil. A proposta teve grande repercussão e forçou os EUA a voltarem sua atenção para o continente. Embora na prática os resultados obtidos tenham se mostrado aquém das expectativas, eles trouxeram alguns ganhos para a política desenvolvimentista da região. Entre elas, destaca-se a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - em 1959. A OPA foi importante para Brasil pois sinalizou certa autonomia no quadro geopolítico do período. Acostumado a se alinhar à política internacional dos EUA, com a OPA, o país passou a ter uma presença mais firme na defesa das políticas de não-alinhamento. A conjuntura do período ajuda a explicar a posição do Brasil: na segunda metade dos anos 1950, o processo de descolonização da África e da Ásia era pauta constante nos fóruns políticos internacionais. Entre 1956 e 1964, 17 novos países resultaram das tensões descritas, destarte importantes economias regionais como Índia, Iugoslávia e Egito estabeleciam uma “terceira via” diplomático-comercial ao procurar desvencilharem-se da bipolaridade característica da Guerra Fria por meio do movimento dos países não-alinhados. O grupo composto pelos países recém-formados e pelos não-alinhados se tornou fonte de preocupação para os EUA, porque a

atitude de autonomia também conquistou a simpatia das nações latino-americanas. Nesse ínterim, se a iniciativa da OPA não confrontava diretamente os interesses estadunidenses, exigia maior atenção de Washington para as solicitações dos países da América Latina (FICO, 2019).

O comportamento de JK ante as eleições de 1961 indicava, em certa medida, que ele planejava voltar à Presidência da República, candidatando-se nas eleições de 1965. Em função disso, talvez não tenha se empenhado na escolha do candidato que concorreria por sua legenda. O Partido Social Democrata – PSD – definiu-se pela candidatura do Ministro da Guerra, general Lott, que havia se tornado o grande fiador do governo JK. Lott foi importante para dirimir potenciais crises militares, como a rebelião ocorrida dias depois da posse, quando oficiais da Aeronáutica tomaram um avião na Base Aérea dos Afonsos e seguiram para a Base Aérea de Jacareacanga, no sul do Pará. Eles representavam uma importante ala antigetulista que havia na Aeronáutica. Estabelecendo-se em um quartel-general em Jacareacanga, conseguiram controlar localidades vizinhas e, apesar de improvisada, o governo teve problemas para controlar a rebelião, não só porque o oficial da Aeronáutica enviado para combatê-la aderiu ao movimento, mas também porque a região dominada era de difícil acesso (HIPOLITO, 2012).

O general Lott foi fundamental para a garantia do governo JK ante as insatisfações dos militares, o que lhe rendeu certa projeção nacional, possibilitando sua indicação como candidato do PSD à Presidência da República. No entanto, o general não possuía muita habilidade política. Se por um lado os militares arrogavam para si o poder garantidor da ordem democrática, por outro, a população mostrava, através do sufrágio, que não concederia tal poder a esta categoria. Porém, quando a democracia passou a ser sistematicamente difamada, os ventos da política mudaram de direção. As Forças Armadas, gradualmente, ganhavam destaque cada vez mais relevantes nos rumos do país (HIPOLITO, 2012).

Em janeiro de 1960, Jânio Quadros é empossado Presidente da República. O sucessor de JK fez carreira na política sob o rótulo do político anticorrupção e defensor dos valores conservadores. Quanto ao aspecto econômico, Jânio adotou um plano ortodoxo de estabilização, o que lhe conferiu imediato apoio do setor financeiro internacional e do governo dos EUA. Seguindo a cartilha do FMI, a moeda foi desvalorizada, os gastos públicos contidos e a expansão monetária controlada. Dessa forma, pôde renegociar a dívida e contratar novos empréstimos junto aos organismos internacionais. Outra marca do governo Jânio Quadros foi a chamada Política Externa

Independente – PEI -, que reafirmava o posicionamento autônomo em relação à política externa dos Estados Unidos. A principal pauta das Relações Exteriores referentes à América Latina era Cuba, que havia optado pelo comunismo e se encontrava sob forte pressão do governo estadunidense. A diplomacia brasileira buscou fincar suas tradicionais posições em favor da autodeterminação dos povos e do princípio da não-intervenção. Porém, além da pressão norte-americana, que não admitiria uma segunda Cuba no continente, havia também a pressão interna de militares e civis anticomunistas (FICO, 2019).

Ao que tudo indica, Jânio planejou dar um autogolpe para obter maiores poderes para a Presidência da República e com isso estabelecer uma posição de supremacia em detrimento do Congresso Nacional. Em agosto de 1961, enviou seu vice-presidente, João Goulart, em missão especial à China comunista. O governo brasileiro apoiava o ingresso desse país na ONU, portanto, a missão de João Goulart parecia justificada. No entanto, enquanto Goulart encontrava-se na China, Jânio surpreendeu a todos renunciando ao cargo de presidente da República. Ele tentava causar grande comoção, levando as pessoas a pedirem por sua permanência e, por conseguinte, a concordarem com o aumento de seus poderes. Mas a mobilização esperada não aconteceu e o Congresso, sem muito alarde, simplesmente aceitou sua renúncia. De Brasília, ele seguiu para São Paulo e, poucos dias depois, deixou o país, iniciando a escalada das tensões entre os setores conservadores e progressistas (FICO, 2019).

Como Goulart estava na China, coube ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumir interinamente o cargo de Presidente da República. Jango deveria retornar para assumir o poder; contudo, os Ministros militares declararam que não o aceitariam na Presidência. Goulart era malvisto entre os militares por seu alinhamento à política trabalhista de Vargas: quando atuou como Ministro do Trabalho (1953-1954) propôs o aumento do salário mínimo em 100%. Suas conexões com os sindicatos eram outro fator que incomodava bastante os militares, além de ser considerado esquerdista e simpático aos comunistas. Mazzilli fez chegar mensagem ao presidente do Congresso informando que os Ministros da Guerra, marechal Odílio Denis, da Marinha, vice-almirante Sylvio Heck, e da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, “na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso do vice-presidente João Belchior Marques Goulart” (BRASIL, 1961, p. 167). Dias depois, os ministros veicularam um manifesto em que constava a posição oficial dos chefes militares, reafirmando que o retorno de Goulart seria uma “absoluta inconveniência” (BRASIL, 1961,

p. 167). Diziam ainda que Jango, quando à frente do Ministério do Trabalho do governo Vargas, “mostrara suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses das nossas classes trabalhadoras” (BRASIL, 1961, p. 167). O manifesto prosseguia afirmando que Jango nomeara esquerdistas para cargos de altíssima relevância do ministério, “ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional” (BRASIL, 1961, p. 167). Mencionaram ainda, a presença do vice-presidente na China, onde teria demonstrado de forma “clara e patente sua incontida admiração ao regime [...] exaltando o êxito das comunas populares” (BRASIL, 1961, p. 167).

Segundo o manifesto dos militares, o retorno de Jango mostrava-se inconveniente, porque, além das críticas já citadas, o presidencialismo era um “regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação” (BRASIL, 1961, p. 167). A solução encontrada no âmbito do Congresso Nacional, de certa forma para atender às reivindicações dos chefes militares, foi a implantação, às pressas, do regime parlamentarista. Assim, os poderes de Goulart seriam reduzidos e o governo conduzido por um primeiro-ministro (FICO, 2019).

Em 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou a instauração do parlamentarismo no Brasil. Jango optou por tomar posse, estrategicamente, em 7 de setembro, dia da Independência. Tancredo Neves, de Minas Gerais, foi nomeado primeiro-ministro, mas logo teve de renunciar, em junho de 1962, para candidatar-se a um novo mandato na Câmara dos Deputados. Goulart indicou o renomado político San Tiago Dantas para o cargo, mas seu nome não foi aceito pela ala conservadora do Congresso. Apresentou então outro nome, o do senador Auro de Moura Andrade, mas dessa vez a reação surgiu por parte dos operários, que não concordavam com a retirada da indicação de Dantas. Por fim, exercendo sua habilidade conciliadora, Goulart apresentou o nome do deputado gaúcho Brochado da Rocha. Sem muita relevância política no cenário nacional, o nome escolhido não provocou grandes inquietações nem entre os conservadores, nem entre a base eleitoral de Jango, o operariado. Ao assumir, prometeu antecipar o plebiscito que confirmaria ou não o parlamentarismo, uma consulta popular seria convocada nove meses antes do fim do mandato de Goulart. No entanto, diante da impossibilidade de cumprir a promessa de antecipação do plebiscito, Brochado da Rocha renunciou. Os operários, para pressionar os parlamentares, decretaram uma greve geral e o Congresso marcou o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Dias antes da marcação da consulta popular, Jango, visando aumentar sua popularidade, concedeu

aumento de 75% do salário mínimo. O resultado foi extremamente favorável: dos cerca de onze milhões de eleitores que votaram no plebiscito quase 9,5 milhões optaram pelo presidencialismo (ABREU, 1990).

Após resultado favorável no plebiscito, restaurado o presidencialismo, Jango pôde governar com os poderes inerentes ao cargo de chefe do poder executivo. No entanto, as campanhas de desestabilização, financiadas em grande parte pelo capital externo, notadamente pelos EUA, se intensificaram e passaram a representar o pilar estratégico da oposição, que contava ainda com forte apoio dos oficiais das Forças Armadas. Em 1962, por exemplo, por ocasião das eleições para governadores e parlamentares, os candidatos que faziam oposição a Goulart receberam poderoso aporte financeiro e de propaganda advindos do governo estadunidense. Segundo palavras do próprio embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, o montante empregado durante as eleições foi da ordem de 5 milhões de dólares. A estratégia para enfraquecer o apoio popular de que gozava Jango parecia bem definida: difundir a imagem de simpatizante do comunismo e alimentar boatos de um golpe de Estado que mergulharia o Brasil em um regime semelhante ao de Cuba. Um relatório norte-americano de 1964 aponta para gastos de 2 milhões de dólares referentes à propaganda em rádios, jornais e unidades móveis de exibição de filmes, que veiculavam propaganda anticomunista e contra o governo. Somente no ano de 1963, foram realizadas 1.706 exibições, apenas no Rio de Janeiro, para cerca de 179 mil militares, em quartéis, escolas e navios (ABREU, 1990).

Essas campanhas difamatórias contra o governo eram conduzidas basicamente por duas associações empresariais: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD – e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES. Um dos objetivos do IBAD consistia em financiar e repassar recursos para minar campanhas de partidos e políticos considerados de esquerda. Entretanto, também atuou como elemento propagandístico da oposição, chegando até mesmo a alugar um jornal, *A Noite*, que, antes de ser cooptado, era reconhecidamente pró-governo e subitamente migrou para a oposição. A interferência e as relações do IBAD com as propagandas caluniosas logo vieram à tona e obrigou os parlamentares a instaurarem uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. A exposição negativa do Instituto selou sua existência. Já o IPES, atuante desde 1961, exercia influência de forma ainda mais direta que o IBAD. Através de palestras, cursos e produção bibliográfica, o grupo fomentava discursos e ações anticomunistas e antigoverno, por vezes, entrelaçando-os. Possuía ligação com outros grupos de oposição advindos de variados setores da sociedade. Entre esses, estavam a Campanha da Mulher pela Democracia e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Cabe ressaltar

ainda que muitos dos membros do IBAD também integravam a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Dessa forma, o Instituto funcionava como um caldeirão que reunia praticamente todos os representantes dos setores que faziam oposição aberta a Goulart: parte do empresariado, o conservadorismo cristão e os militares. Além disso, o governo dos EUA liberava empréstimos diretamente para Estados governados por políticos de oposição a Goulart. Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, governadores dos Estados da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, figuram como beneficiários dos aportes financeiros dos EUA sem a devida intermediação do governo federal (NAPOLITANO, 2014).

De fato, a reforma agrária, dentre as reformas defendidas pelo governo, parecia ser a que mais incomodava as elites econômicas e, ao mesmo tempo, a que mais entusiasmava a classe trabalhadora em geral. Contudo, o governo de João Goulart nunca avançou nas reformas para além do discurso. Pelo contrário, o caráter revolucionário praticamente desapareceu frente à forte conotação nacionalista. Além da reforma agrária, Jango prometia reformar os bancos, o sistema habitacional e outros setores da administração do Estado. Tão amplas perspectivas não se consolidavam em projetos concretos, servindo mais como discurso político que alimentava o anticomunismo das elites políticas conservadoras, de parcela significativa do empresariado e de parte da classe média. Em agosto de 1963, durante as cerimônias que comemoravam a morte de Vargas, Jango foi impelido por apoiadores a assumir uma posição política mais clara. Em discurso, garantiu que não lutaria apenas pela reforma agrária que, segundo ele, constituía uma das aspirações mais legítimas, não apenas dos trabalhadores, mas de toda nação brasileira e incluiria também na proposta outras reformas, como a bancária, pois o crédito seria patrimônio da nação e não poderia estar à mercê de interesses de grupos. Parece que a partir deste ponto, Goulart optou por implementar, de fato, as reformas de base (FICO, 2014).

Quando deu seu emblemático e derradeiro discurso na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Jango acionou nos setores reacionários o gatilho do não-retorno. A partir daquele momento as mobilizações contra o governo se intensificariam e, ao mesmo tempo, aumentaria o coro por uma intervenção direta dos militares nos rumos políticos do país. Desnecessário avançar na análise de conjuntura pós-golpe. O objetivo até aqui foi demonstrar a participação inequívoca do “dispositivo militar” (BETHELL, 2015, p. 217) na vida político-institucional brasileira. Nas próximas páginas, a tentativa será a de evidenciar como opera o encobrimento dessa participação. Outrossim, demonstrar que por trás do pretenso patriotismo defendido pelas Forças Armadas na luta contra o

comunismo no contexto da Guerra Fria e, de certa forma, embrenhado em parcela significativa da população está o pensamento hegemônico das classes dominantes contra a classe trabalhadora.

3 A LUTA PELA MEMÓRIA: A HISTORIOGRAFIA E O REVISIONISMO IDEOLÓGICO

O século XXI é palco da invasão das mídias digitais nas diversas esferas da vida cotidiana das pessoas em grande parte do mundo. De posse de um aparelho smartphone, uma pessoa, criança, jovem ou idosa é bombardeada de imagens e notícias de toda monta durante todo o dia. O fluxo contínuo de informações gera uma equivocada percepção de que atualmente a população se encontra mais bem-informada. O termo equivocada se justifica porque, ao que parece, apesar de estarmos de fato mais próximos dos acontecimentos, não temos tempo para digerir de forma adequada a informação; ou seja, o bombardeio midiático a que todos estamos expostos não nos permite refletir e criticar as informações com a devida cautela. Sobre este aspecto do cotidiano contemporâneo, o professor Rodrigo Turin esclarece que:

Nas redes sociais, o “compartilhamento” de um mesmo presente se processa na dimensão da difusão “viral”, em uma velocidade e com efeitos incontrolláveis pelos sujeitos. Na hiperaceleração do consumo de imagens e notícias, os tempos da crítica e da dúvida tornam-se anacrônicos, ou mesmo quixotescos. (TURIN, 2019. p.16).

Neste instigante texto, Turin (2019) introduz em sua análise outro elemento essencial para a compreensão do cotidiano, ou melhor, para a formação da identidade coletiva em suas subjetividades: trata-se do neoliberalismo. Pensado *a priori* como um modelo econômico, o neoliberalismo, atualmente, constitui o *modus vivendi* das sociedades contemporâneas, ao menos as que estão inseridas no capitalismo financeiro globalizado; excluem-se talvez as sociedades isoladas nos rincões do planeta. Portanto, estamos falando da quase totalidade da população mundial. A lógica neoliberal que ordena as relações econômicas e sociais, interfere na percepção temporal das pessoas; explico: o fluxo de imagens e informações já discutido, somado à flexibilização do trabalho, se apresentam como geradores de um sintoma generalizado, o da sensação de estarmos sempre atrasados ou desatualizados. Entende-se por flexibilização do trabalho a quebra de paradigmas entre o lugar e a hora do trabalho e da vida privada. Dessa forma, o neoliberalismo engendra uma organização social pautada na aceleração do tempo. Ainda que tal aceleração seja produzida por imperativos mercadológicos, ela afeta diretamente a percepção temporal.

Os efeitos da aceleração do tempo em nosso cotidiano são aprofundados na obra dos professores Valdei Araújo e Mateus Pereira, *Atualismo 1.0* (PEREIRA E ARAÚJO,

2018). Os autores utilizam a emergência do termo “atualização” (PEREIRA E ARAÚJO, 2018, p.131) e suas variantes na sociedade contemporânea para demonstrar as mudanças de paradigma impressas pela lógica neoliberal. O argumento central gira em torno da ideia de que o conceito semântico do termo está também presente em uma espécie de nova compreensão da realidade, em que o presente e tudo nele contido, incluindo nós mesmos, está em constante processo de atualização. Porém, essa atualização, quando não realizada, torna a coisa obsoleta, ainda nos incluindo. Esta percepção é a matriz da aceleração do tempo em que tudo e todos estão inseridos. A busca ininterrupta pelas atualizações faz as pessoas perceberem o tempo em duas dimensões a saber: acelerado e, ao mesmo tempo, alongado. A distopia se dá pelo enquadramento ou tentativa de enquadramento aos preceitos norteadores das sociedades contemporâneas organizadas pela lógica neoliberal. Dentre os preceitos mais significativos desse enquadramento está o da resiliência. Trata-se justamente da capacidade de adequação ou adaptação às condições materiais voláteis ao sabor do capitalismo financeiro. Dito de outra forma, a ideologia hegemônica em nossos tempos diz que o indivíduo deve moldar-se no compasso das exigências empreendidas pelo mercado financeiro, sob pena de se tornar obsoleto. Neste sentido, as duas obras citadas se complementam e expandem o entendimento da leitura das sociedades contemporâneas.

Mas o que toda essa explicação tem a ver com a memória coletiva do brasileiro acerca do passado intervencionista e ditatorial encabeçado pelos militares? Vamos sistematizar a argumentação. Começemos pelos militares: como evidenciado nas páginas acima, esses giram em grande medida como legitimadores da ordem estabelecida. Enquanto tal, legitimavam invariavelmente os interesses de classe da elite econômica em detrimento da classe trabalhadora. Portanto, o investimento em uma narrativa simpática aos atos antidemocráticos listados favorece a manutenção, por meio de justificativas da ordem estabelecida. Para ficar em um exemplo, pode-se citar a empresa de mídia *Brasil Paralelo*. Essa empresa apresenta-se como portadora de uma certa ética que os historiadores, de forma proposital, supostamente escondem da população. Atuando em vários segmentos midiáticos, encontra grande lastro para a divulgação de suas reconstruções do passado. Em 2019, lançou o filme *1964: o Brasil entre armas e livros* em que, em linhas gerais, narra um passado de certa forma incômodo para a esquerda. Os insurgentes que lutavam contra a ditadura são retratados como comunistas a serviço da União Soviética, enquanto os militares, cumprindo seu dever patriótico, defendiam a nação do perigo vermelho. Ainda sobre o filme, o subtítulo (*o Brasil entre armas e livros*) refere-se à interpretação de seus idealizadores que sugere que, apesar das forças do bem

terem vencido nas armas, as forças do mal venceram *a posteriori* através dos livros, ou seja, dominando a narrativa sobre os acontecimentos de 1964, com o nítido propósito de trazer à baila a teoria conspiratória do chamado marxismo cultural.

Este tipo de produção de mídia tem significativo alcance em amplos setores da sociedade. Apesar das graves falhas metodológicas apresentadas nas narrativas, chama a atenção a qualidade técnica na edição das imagens e todo o conjunto audiovisual. Assim, o profissionalismo e o alto investimento financeiro empregados nestas produções evidenciam o estilo *Block Buster* de entretenimento de massa. Neste ponto, a ausência de rigor historiográfico se conecta com um dos sintomas da aceleração do tempo contemporâneo: a falta de tempo para digerir a informação. Os produtores dessas mídias apresentam seus filmes como documentário histórico e não como obra ficcional. Dessa forma, sua mensagem é percebida pelo grande público como uma impressionante aula de História. Para aprofundar o argumento, é necessário refletirmos sobre as formas de construção destas narrativas: o negacionismo e o revisionismo ideológico.

O texto do professor Marcos Napolitano *Negacionismo e Revisionismo Histórico no Século XXI* (2021) nos ajudará no entendimento dos conceitos. Sendo parte constitutiva do fazer História, o revisionismo é, em linhas gerais, “[...]um processo de revisão do conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias.” (NAPOLITANO, 2021, p.98). Portanto, o revisionismo em si não é um problema, mas sim o seu uso distorcido, o negacionismo e o revisionismo ideológico. Napolitano assim define os termos:

O negacionismo poderia ser definido como a negação a priori de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, em que pese várias possibilidades de interpretação validadas pelo debate historiográfico. [...] [E] há um revisionismo de matriz ideológica, que parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico. (NAPOLITANO, 2021, p. 98-99).

Diante das definições apresentadas, fica claro o propósito da construção distorcida das narrativas históricas. A confluência de interesses das classes dominantes é explicitamente defendida. No entanto, a assimilação acrítica destes conteúdos disputa, e por vezes vence, o lugar da memória coletiva, própria da historiografia. Como vimos, o ato de ingerência e ruptura democrática dos militares em 1964 foi uma ação em defesa dos interesses das classes dominantes. Imaginar que a ditadura e seus efeitos são página virada na história do país é não entender seus motivos, ou seja, uma narrativa que abrandava o protagonismo das forças militares (revisionismo ideológico) ou nega o caráter

antidemocrático do período (negacionismo) tem o propósito incontestado de esconder as tensões sociais daquele contexto e, portanto, esconder a própria luta de classes. Agentes executores dos interesses das classes dominantes, os militares contam com a proteção velada destes grupos. Os elevados investimentos empregados nas produções midiáticas de espectro negacionista ou revisionista ideológico indicam a manutenção da aliança entre a elite econômica e as Forças Armadas.

Ao mesmo tempo, as disputas pela memória se desenrolam em outro palco: as salas de aula das escolas e universidades. Um conhecido movimento espalhado por todos os cantos do país, intitulado Escola Sem Partido, tentou emplacar em 2016 um projeto de lei por meio do Senado Federal em que defendia abertamente a proibição do debate crítico nas salas de aula. Esse movimento, ao longo de seus quinze anos de militância organizada (2004-2019), apresentou cerca de 60 projetos como o apresentado no Senado por várias Câmaras Municipais pelo Brasil. Muitos desses projetos foram referendados pelo poder público local, resultando no aumento do número de casos de denúncias e punições a professores sob a acusação de doutrinação ideológica. Por trás da pretensa preocupação com a qualidade do ensino ministrado nas instituições escolares, estava a disputa pelas narrativas do passado; haja vista que o movimento direcionava suas preocupações em grande medida para a disciplina História e, por extensão, para as demais disciplinas das Ciências Humanas. E uma das pautas mais defendidas pelo Escola Sem Partido era justamente a narrativa referente ao golpe militar de 1964, em que a denominação golpe dava lugar a revolução. Fica fácil perceber que a defesa da suposta neutralidade ideológica camuflava a defesa da narrativa negacionista ou revisionista ideológica nos termos já discutidos.

Os argumentos e reflexões apresentados indicam as tensões sociais pelo controle do passado. Não resta dúvida de que a disputa pela memória coletiva é aspecto fundamental da luta de classes; como vimos, as distorções dos acontecimentos históricos têm um propósito bem definido: legitimar a manutenção das classes dominantes. Não obstante, as produções midiáticas de cunho negacionista impactam de forma significativa a percepção do passado; apoiadas e financiadas pelas classes dominantes, o bombardeio de filmes e programas impregnados de falsos preceitos históricos têm um alcance notório. Assim, a difusão dessas ideias contribui para o quadro atual acerca da memória histórica do brasileiro em geral. Ao mesmo passo, encontram-se movimentos conservadores ou reacionários, que exercem pressão sobre os profissionais da educação, sobretudo os professores da área de Humanas. Acuados por esses grupos, muitos professores se calam

e acatam as exigências dos chamados cidadãos de bem. Como reverter este cenário desolador?

A tarefa não é simples, muito menos rápida. Encontrar uma linha explicativa para fatos históricos polêmicos passa pelo entendimento inequívoco de suas motivações. Enquanto não estabelecermos o que é historiografia e o que é mera opinião, rotular as produções negacionistas e explicitar ao público que se tratam de obra ficcional, continuaremos assistindo à assimilação dessas distorções por grande parte da população. No entanto, ao menos em sala de aula, os professores parecem conseguir recuperar sua autonomia outrora ameaçada. Vários Estados começam a proibir práticas vexatórias contra os professores. Tais práticas, estimuladas por movimentos conservadores como o Escola Sem Partido, consistiam no enfrentamento dos alunos contrários à narrativa histórica ministrada pelo professor. Por vezes filmado, esse enfrentamento era difundido na internet e trazia grandes transtornos ao professor denunciado, como xingamentos, ameaças físicas e até mesmo demissão da instituição que trabalhava. Portanto, o embate dos setores progressistas comprometidos com uma narrativa referendada pela historiografia e adequada à ética e coerência das interpretações das fontes históricas precisa ser aberto e assertivo. Apontar os erros e motivações por trás das versões distorcidas e fazê-los chegar ao maior número de pessoas é a principal arma para superarmos o negacionismo e o revisionismo históricos. A passividade só favorece as classes dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensaio apresentado buscou estabelecer a conexão entre as mudanças empreendidas pelo modelo neoliberal na percepção do tempo presente e as construções narrativas negacionistas e revisionistas históricas para justificar ou negar o protagonismo dos militares na ruptura democrática de 1964. O objetivo dessa conexão, como ficou evidenciado, é apagar o caráter das tensões sociais em curso no período, escondendo a materialidade da luta de classes. Com o intuito de delimitar o que é historiografia e o que não é, as primeiras páginas foram dedicadas a um resumo histórico do período imediatamente anterior ao golpe militar, pois é de vital importância apresentar ao leitor como a História analisa esse contexto, ainda que pesem discordâncias entre os historiadores no âmbito do debate acadêmico e sustentadas por interpretações das fontes, balizadas pela ética e coerência intelectuais.

A segunda parte do texto tentou demonstrar a disputa em torno da memória coletiva. De um lado, a historiografia e seus profissionais (historiadores e professores), de

outro, negacionistas e revisionistas ideológicos apoiados e financiados pelas classes dominantes. Como eixo central da reflexão, está a ingerência dos militares na vida política institucional do país. Os argumentos apresentados indicam que setores hegemônicos da sociedade se beneficiam com as narrativas que ora retiram o protagonismo dos militares, ora negam o caráter antidemocrático dos eventos de 1964. Essas versões do passado são construídas com o propósito de afastar da análise histórica e, por conseguinte, de apagar o aspecto incontornável da luta de classes para a compreensão do período. Agindo por meio das mídias digitais, grupos conservadores alcançam uma significativa parcela da população, ao mesmo tempo, grupos da sociedade civil alinhados aos interesses das classes dominantes exercem pressão para constranger os profissionais da educação, ou mesmo proibir a autonomia desses profissionais no exercício de suas funções, notadamente, a atividade docente.

Para finalizar, as reflexões apontam para um caminho possível para a superação das distorções históricas sobre aspectos relevantes da memória histórica coletiva. O embate aberto por parte dos setores progressivos da sociedade deve ser o meio para descortinar os interesses por trás da suposta neutralidade dos conservadores e reacionários. Somente disputando os espaços de divulgação será possível apontar as incoerências contidas nas narrativas negacionistas e revisionistas ideológicas. Assim, fica evidente que a disputa pela consciência histórica coletiva é aspecto incontestado da própria luta de classes, e firmar posição neste campo é fundamental para a adequada formação da consciência da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BETHELL, Leslie. (org.) **História da América Latina após 1930: Estado e política**. – 1ªed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional de 29 de agosto de 1961**. p.167. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/emenda-parlamentarista/pdf/diario-do-congresso-nacional-de-29-08-61>. Acessado em: 05/12/2021.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HERRERA, Genaro A. **El Pensamiento Político de los Militares**: estudios sobre Chile, Argentina, Brasil y Uruguay. - 2ªed. - Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986.

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e Revisionismo Histórico. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi. **Novos Combates pela História**: desafios - ensino. Campinas: Contexto, 2021. p. 85-114.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana, MG: Editora SBTHH, 2018.

TURIN, Rodrigo. **Tempos Precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.
1964: o Brasil entre armas e livros. Lucas Ferrugem e Filipe Valerim. Porto Alegre: Brasil Paralelo, 2019. 1 DVD (127 min).

RESENHA

O ESTADO LATINO-AMERICANO: TEORIA E HISTÓRIA

GRANATO, Leonardo. O Estado Latino-Americano: teoria e história. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 134p.

Fabrizio Pereira Aveline de Oliveira¹

Leonardo Granato é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta resenha trata de seu último livro, *O Estado latino-americano: teoria e história*, publicado pela editora Expressão Popular em 2021. A obra se ocupa do problema das teorizações clássicas e contemporâneas acerca do caráter dependente dos Estados latino-americanos, mobilizando contribuições tanto europeias quanto latino-americanas e propondo uma visão crítica a respeito do fenômeno estatal na região, em uma exposição rigorosa que recupera, sistematiza e faz avançar o atual estado da arte dos estudos sobre sua inserção dependente no mercado mundial.

No primeiro capítulo, *O Estado moderno: percurso teórico*, o autor introduz o debate conceitual em torno do tema do Estado capitalista moderno. Esboça, para tanto, um panorama geral de algumas das principais contribuições da teoria política clássica e contemporânea a respeito da matéria. Em um primeiro momento, um panorama do contratualismo jusnaturalista de Hobbes, Locke e Rousseau e da filosofia do direito público de Hegel; na sequência, em contraste, do marxismo clássico de Marx, Engels e Lenin; por fim, passando por Weber e Gramsci, do marxismo de Louis Althusser e Nicos Poulantzas.

A questão do surgimento do moderno aparelho de Estado é problematizada a partir de uma crítica tanto à perspectiva liberal – que nele enxerga um organismo neutro e impessoal materializado num conjunto de instituições orientadas pelo “bem comum” do povo-nação – quanto a um certo reducionismo – que tende a tomar o Estado como um mero epifenômeno da economia (economicismo) e/ou a enfatizar de maneira unilateral seu caráter repressivo (instrumentalismo) – sugerido nas próprias concepções clássicas do marxismo. Em linguagem simples e direta, Granato mostra que o Estado não é um reflexo mecânico do nível econômico, tampouco age apenas negativamente, isto é, através da coerção física: este é sempre atravessado por interesses particulares de diferentes classes e categorias sociais, cabendo a ele, nesse sentido, um papel central na organização das relações ideológicas de qualquer formação social. Globalmente, tal papel pode ser

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando em Scienze Politiche e di Governo pela Università degli Studi di Milano (UNIMI). E-mail: fabrizio.aveline@icloud.com

apreendido pela concepção, apresentada na obra magna de Poulantzas – *Poder político e classes sociais* – e aqui implícita, do Estado enquanto “fator de coesão social”.

No segundo capítulo, *O Estado latino-americano: debate teórico*, foca-se no problema da máquina estatal no contexto específico da América Latina, que, nos estudos acerca do desenvolvimento capitalista na região, enfatiza-se, foi historicamente tomada “como uma questão dada, [...] não merecedora de ser problematizada ou questionada” (Granato, 2021, p. 55). Recuperando teorias latino-americanas da segunda metade do século XX, notadamente dos anos 1970 em diante, que versam sobre a particularidade do aparelho de Estado no subcontinente – onde teve lugar um capitalismo periférico de gênese histórica não “primitiva”, mas derivada (da expansão do moderno modelo de acumulação de capital oriundo da Europa Ocidental) –, o autor avança abordando a questão de suas “condições constitutivas” próprias: a inserção dependente no mercado mundial, de um lado, e a heterogeneidade estrutural das nações latino-americanas, de outro.

É, assim, desvelada a questão da dependência dos países da região às potências centrais, que se revela em uma inserção no mercado mundial baseada fundamentalmente em uma política exportadora de matérias-primas e importadora de bens manufaturados, e que diz respeito não somente ao Estado, mas também às ordens sociais domésticas em questão, dada a coconstitutividade existente entre o aparelho estatal e as sociedades em que estes estão assentados. Neste caso, com base em Evers, Granato aponta para uma não-correspondência entre infraestrutura e superestrutura, já que o Estado periférico latino-americano encerra “uma amálgama de interesses locais e estrangeiros” (Evers, 1989, p. 81 apud Granato, 2021, p. 76), o que explica o fato de que sua capacidade real de ação se revela sempre subordinada ao capital internacional. Este seria “‘forte’ para dentro (processando os interesses externos que se fazem presentes por meio das burguesias locais) e ‘frágil’ para fora (formalmente soberano, mas, de fato, orgânica e estruturalmente dependente)” (Granato, 2021, p. 79).

No terceiro e último capítulo, *O Estado latino-americano: perpassar histórico*, discute-se, por fim, a questão das diferentes formas assumidas pelo Estado ao longo do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, sempre, na linha do já desenvolvido, dando conta da dinâmica irredutível existente entre política interna e externa. Inicia-se tratando do “desenvolvimento desigual e combinado” que teve início na região partir de sua inserção no mercado mundial – em suma, do legado colonial e do modelo monoprodutivo exportador a ele associado (vastas extensões de terra especializadas na produção primária e voltadas para o mercado externo, a exemplo da monocultura de exportação da cana-de-açúcar no Brasil, a partir do século XVI). Em seguida, apresenta-se

os grandes marcos do período oligárquico e da forma de Estado a ele correspondente (Estado oligárquico), que, a partir da independência política dos países da região, esteve assentado em um modelo econômico agroexportador.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, este modo de acumulação voltado para fora dá em seguida lugar ao modelo de substituição de importações, que se coadunará ao fim da hegemonia britânica e à ascensão do Estados Unidos enquanto a principal potência do globo: em contraste com o Estado de tipo oligárquico típico até os anos 1930, emerge um Estado desenvolvimentista, engajado em um projeto de acumulação capitalista de via industrial. Na sequência, é abordado o caráter autoritário que revestiu tal forma de Estado a partir dos anos 1960, notadamente no caso das ditaduras militares na região. E, por fim, avança-se até um esboço geral acerca do cenário desenhado pelo fim do século XX e início do século XXI, especificamente desde os anos 1990: aquele do chamado Estado neoliberal.

Um dos grandes méritos do trabalho é, sem dúvida, trazer à tona a questão da estruturação da dominância do modo de produção capitalista na América Latina a partir de uma reconstrução dos principais elementos que caracterizam a formação “derivada” de suas sociedades. Fã-lo a partir de uma rica reconstrução bibliográfica que, muito pertinentemente, focaliza o conceito de Estado latino-americano tanto a partir de uma perspectiva estritamente teórica quanto de uma perspectiva teórico-histórica. Sem recair em reducionismos, joga-se luz, destarte, sobre os constrangimentos das dinâmicas do mercado mundial impostas aos aparelhos de Estado latino-americanos.

Granato não ignora a grande fortuna de contribuições do problema da inserção dependente da América Latina e de seu Estado capitalista periférico. Muito pelo contrário. Por outro lado, não as toma como algo “dado”, e, portanto, não passível de ser retomado e retrabalhado a partir de uma perspectiva crítica, como lembra o Prof. Lucio Oliver, da Universidade Nacional Autônoma do México, em seu prefácio à obra. O trabalho do autor, nesse sentido, ilumina, em sùmula, essas contribuições, mas não se escusa de avançar no sentido de renovar a discussão acerca do aparelho de Estado latino-americano. Sua leitura é, portanto, indispensável para os estudiosos da geopolítica da região, sendo, ao mesmo tempo, acessível a todos os iniciantes ou interessados no tema – de dentro ou de fora do contexto acadêmico.

RESENHA CRÍTICA HÁ CIÊNCIA SEM POR QUÊ?

PEARL, Judea e MACKENZIE, Dana. *The Book of Why: The New Science of Cause and Effect*. New York: Basic Books, 2018. 432p.

Ana Tereza Duarte de Lima Barros¹

Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes²

Na esteira de best-sellers que buscam aproximar o grande público de temas técnicos e áridos, como a metodologia científica, a lógica matemática e a estatística inferencial, “The Book of Why” (Pearl e Mackenzie, 2018) se insere em uma tendência que começou há mais de uma década com o *best-seller* “Freakonomics - o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta” (Dubner e Levitt, 2005). Trata-se do exercício de elucidar o método científico de maneira simples, com exemplos criativos e voltados para uma audiência prioritariamente não-especializada. Tais obras têm se mostrado ferramentas úteis para cientistas sociais que visam angariar conhecimento metodológico e estatístico sem perder a fruição de uma boa leitura.

O livro também possui um problema de “público-alvo”: a proposta parece ser a de um livro de estatística voltado para leigos ou pessoas não familiarizadas com o método científico. No entanto, os principais consumidores da obra são, na verdade, pesquisadores ou pessoas ligadas à academia. Todavia, para esse público, existem obras mais aprofundadas, específicas e também acessíveis. Por exemplo: na área de ciência política, já há manuais em língua portuguesa bastante abrangentes como “Métodos Quantitativos em Ciência Política” de Dalson Figueiredo (2019) ou “Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política” (Kellsted e Whitten, 2015), dentre outros. Em língua inglesa, o cardápio de opções para os pesquisadores em ciências sociais ou humanas é ainda mais amplo, como os famosos *Handbooks* de Oxford voltados para os estudantes de ciência política ou ciências sociais. Portanto, para o público leigo, existem livros mais acessíveis e divertidos sobre o tema. Já para o público especializado, principalmente nas ciências humanas, existem opções mais voltadas para as humanidades, metodologicamente mais aprofundadas e, ainda assim, mais acessíveis, e mesmo descontraídos, como algumas das obras supracitadas.

¹ Doutoranda e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro da Red de Polítólogas. E-mail: anateradzlb@gmail.com

² Professor substituto, Doutorando, Mestre e Graduado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: jorge.oliveiragomes@ufpe.br

No decorrer dos anos, o gênero *pop-statistics* (“estatística popular”) foi explorado com uma ou outra nuances específicas: em *Freakonomics*, o foco é mostrar de que maneira “se pensa como um economista”, ou seja: entender quais os incentivos e restrições presentes na realidade corriqueira, como eles moldam o comportamento dos indivíduos e como esses atores individuais calculam riscos e benefícios. Apostando numa premissa simples (economia aplicada ao dia-a-dia) a obra se transformou num fenômeno editorial, rendendo diversas continuações e até um filme (além de uma série de críticas e controvérsias relacionadas às hiper-simplificações e ao excesso de especulação). Em “O Andar do Bêbado – como o acaso determina nossas vidas” (Mlodinow, 2008), por sua vez, o foco é o oposto: entender a ausência de padrões, o aleatório e o acaso, contraintuitivamente responsável por boa parte de resultados que atribuímos ao mérito, esforço pessoal, divindades ou simplesmente falácias causais. Já em “Rápido e Devagar: duas formas de pensar”, Kahneman (2011), psicólogo comportamental ganhador do Nobel de economia, expõe de maneira bem-humorada e anedótica o campo da “economia comportamental”, mostrando com dados e pesquisas como tomamos decisões e quais as diferenças entre a cognição rápida e intuitiva e a deliberativa e lógica. Nesse filão editorial, “The Book of Why” se debruça sobre um dos grandes bordões da estatística básica e da metodologia convencional: “correlação não implica causalidade”. No entanto, explorar esse truísmo já batido nas ciências sociais necessariamente traz alguma melhora para o debate público?

O livro começa aproximando o leitor da questão da causalidade, mostrando que ela se faz presente no cotidiano de todos. Isso porque todos nós, inúmeras vezes ao dia, perguntamo-nos sobre o porquê de coisas triviais. Perguntas, reflexões e questionamentos que fazemos ou que surgem espontaneamente ao longo do dia, de maneira que quase revelariam mecanismos latentes de causa e efeito.

Quando surgiria, então, a noção de causalidade? Os autores remarcam que as relações de causa e efeito, que comumente são representadas por vocábulos como “causa”, “deveria” ou “atribuível a” (PEARL; MACKENZIE, p. 10) não haviam sido, por muito tempo, traduzidas em linguagem ou fórmulas matemáticas. O interesse pela correspondência entre uma relação de causalidade e uma fórmula matemática só pode surgir quando questões jurídicas, médicas, de formulação de políticas públicas etc. (PEARL; MACKENZIE, p. 12) passaram a ser do interesse dos cientistas. A teoria da causalidade teria surgido simultaneamente à estatística, o que os autores consideram uma ironia, porquanto a estatística, por muito tempo, baseou-se apenas na coleta de dados, sem muita preocupação com como eles deveriam ser interpretados e processados.

Logo no primeiro capítulo, a obra dialoga com o campeão de vendas “Sapiens”, de Noah Harari (2011). Mesmo focado em aspectos biológicos e históricos, Sapiens também tem como pano de fundo a tendência mercadológica de democratização, e talvez simplificação, de conceitos e esquemas mentais científicos. Tomando emprestada a linguagem evolutiva de Harari, os autores aventam a possibilidade da “imaginação causal” do Homo Sapiens ter lhes permitido planejar e esse planejamento ter sido um fator decisivo ao propiciar eficiência.

Os autores também introduzem a noção de “três níveis de causalidade” (*the three levels of causation*). Seriam três os níveis de habilidade cognitiva: ver, fazer e imaginar. Enquanto o primeiro nível é partilhado tanto por humanos quanto por animais, o último seria em tese apenas antrópico e foi a semente que fez a agricultura e a ciência avançarem, revolucionando a maneira como vivemos. O segundo degrau da “escada da causalidade” seria a intervenção. As perguntas que ilustrariam o segundo degrau da “escada da causalidade” são: “e se fizermos...?” ou “como?”. Ou seja, indaga-se sobre os possíveis resultados de uma mudança/intervenção no ambiente. Um exemplo simples de intervenção, dado pelos autores, é o de uma pessoa que toma uma aspirina (variável de intervenção) para aliviar uma dor de cabeça. Passado o nível de intervenção, chega-se ao terceiro e último nível da “escada da causalidade”. Para que se chegue nesse nível, é preciso imaginar ou, nas palavras dos autores, “voltar no tempo, mudar a história e perguntar: o que teria acontecido se eu não tivesse tomado a aspirina?”. Nossa capacidade de imaginar entra em ação e começamos a criar os mais diversos cenários possíveis, e é nesse ponto que chegamos ao nível dos contrafactuais: “minha dor de cabeça passou agora, mas por quê? Foi a aspirina que tomei? A comida que comi? A boa notícia que ouvi?” (PEARL; MACKENZIE, p. 37).

Os autores comentam a relação conflituosa entre contrafactuais e dados, pois muitos cientistas e pesquisadores têm um certo “preconceito” e até relutam em considerar como científico algo baseado em coisas que não ocorreram no “mundo real”. Os benefícios dos contrafactuais seriam imensuráveis, afinal, na área médica seria extremamente antiético e contrário aos direitos humanos reproduzir determinados testes em pessoas reais. Assim, o primeiro degrau seria o do mundo como podemos vê-lo; o segundo degrau seria o da intervenção, da criação de um mundo a partir da modificação do ambiente; e o terceiro degrau seria o do mundo que não pode ser visto porque se choca com o mundo que vemos. É ao terceiro degrau que o livro se dedica (PEARL; MACKENZIE, p. 43).

Os autores posteriormente trazem a questão da conexão bayesiana. A análise causal requereria que desenhassemos um diagrama causal que refletisse nossa crença qualitativa, sendo seu protótipo o seguinte: crença prévia + novas tendências = crença revisada. Essa subjetividade seria altamente necessária, pois somos nós quem, de fato, conhece o mundo real, logo, essa subjetividade faria bem à objetividade da análise causal (PEARL; MACKENZIE, p. 89).

O quarto capítulo do livro faz uma interessante ponte entre religião e ciência ao explorar a narrativa bíblica presente na história de Daniel, para ilustrar como procede a ciência experimental nos dias atuais. Na clássica história, Daniel propõe uma nova dieta a um grupo (grupo de tratamento), enquanto para o outro (grupo de controle), nenhum tratamento. A lógica é bem simples. Para sabermos se algo funciona, basta que se comparem duas situações: quando este algo está presente e quando está ausente. Os experimentos então comparam grupos de controle e tratamento, contanto que as populações sejam comparáveis e representativas de alguma população. Atendidos esses requisitos, os resultados obtidos poderão estender-se à população geral (PEARL; MACKENZIE, p. 131). Os autores comentam, todavia, que seria necessário, por exemplo, ter observado se ambos os grupos gozavam do mesmo nível de saúde. Esse viés de confusão (ou, no jargão anglófono, *confounders*, variáveis ocultas que causam ruído na análise) muitas vezes seria desconhecido pelo pesquisador e a melhor maneira de sanar esse tipo de problema seria através da construção de um diagrama causal, que expõe todos os fatores de confusão (PEARL; MACKENZIE, p. 132). Se o estudo não for randomizado, ele precisa estar “perfeito”, expressão usada pelos autores, mas que não combina com modelos epistêmicos popperianos, que entendem que a ciência é, por definição, imperfeita e falseável. Os estudos randomizados seriam, definitivamente, a melhor opção quando comparados à observação. Porém, não poderão ser sempre realizados, uma vez que, em muitos casos, viriam a ferir a ética, e mesmo os direitos humanos.

O livro traz uma reflexão importante e atualizada sobre a chamada era do *Big Data*. O acesso e a quantidade de dados disponíveis nunca foram tão grandes. Isso leva muitos a terem uma certa ‘fé’ em que os dados, sozinhos, podem responder a nossos “por quês”. Tendo os autores defendido a necessidade de modelos causais para além dos dados, já seria de se imaginar que eles não concordariam com os que professam a autossuficiência dos dados. Contudo, eles também reconhecem que o excesso de dados não é de todo inútil. Ao se ter muitos dados, “em vez de perguntar: “existem gentes causadores de câncer de pulmão?” agora podemos começar a escanear o genoma em

busca de genes com alta correlação com câncer de pulmão” (PEARL; MACKENZIE, p. 316).

“The Book of Why” possui uma proposta interessante, e surfa com destreza na onda mercadológica da *pop statistics*. Não obstante, o livro possui algumas questões que merecem ser mencionadas. A despeito de não se propor um manual estatístico e focar num público mais amplo, o livro lida com questões bastante técnicas que não são satisfatoriamente elucidadas no decorrer da leitura. Por exemplo: o capítulo 4 cita *en passant* a complexa questão dos algoritmos *deconfounders*, contudo, não os explana satisfatoriamente. Em outros momentos, a impressão é a de que se passeia sobre temáticas árduas e tecnicidades com trivialidade excessiva.

O livro possui ferramentas didáticas muito interessantes, como a defesa do uso de diagramas lógicos, conforme já mencionado. Dessa forma, para o estudante da área de humanas interessado em metodologia e ciência de um ponto de vista mais “positivista”, há um “custo de oportunidade” em relação a obra. De um lado o livro traz inúmeros exemplos bastante criativos e interessantes que podem ser utilizados em sala de aula. Por outro, todavia, há manuais e livros mais diretos e claros em relação a sua proposta que também irão contribuir para o aperfeiçoamento do conhecimento técnico em metodologia.

Por fim, é interessante mencionar que a proposta do livro de quebrar o “tabu” imposto pela cantilena “correlação não é causalidade” é bastante ambiciosa. É talvez ingênuo acreditar que a qualidade do debate público sobre evidências científicas irá melhorar com o sucesso de livros estatísticos voltados para audiências mais amplas. No caso da frase “correlação não é causalidade”, muitas vezes ela é usada como uma “carteirada” que visa deslegitimar, de pronto, evidências não causais sobre temas específicos. Outras vezes ela é usada não como um expediente retórico, mas como um alerta contra conclusões apressadas. De todo modo, é interessante que o debate especializado em métodos estatísticos ganhe espaço no mercado editorial. “The Book of Why” de fato é uma leitura que expõe temas áridos com fluidez. Entretanto, não é um livro para passar o tempo e serve mais para quem busca revisar conceitos e atualizar conhecimentos já adquiridos do que aqueles que visam se aventurar na estatística e na metodologia científica pela primeira vez.

REFERÊNCIAS

DUBNER Stephen J. e LEVITT, Steven D. *Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. *Métodos quantitativos em Ciência Política*. Curitiba: Intersaberes, 2019.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KELLSTED, Paul M. e WHITTEN, Guy D. *Fundamentos da pesquisa em Ciência Política*. São Paulo: Blucher, 2015.

MLODINOW, Leonard. *O andar do bêbado: como o acaso determina nossas vidas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.